

INFORMAÇÕES BÁSICAS

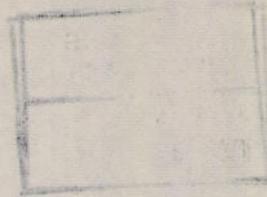


SISTEMA BNDES

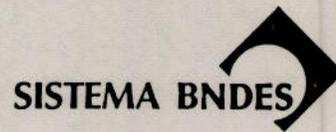
Controladoria
do Sistema BNDES

Junho/87

46753-01-0



INFORMAÇÕES BÁSICAS



SISTEMA BNDES

Controladoria
do Sistema BNDES
Junho/87



A P R E S E N T A Ç Ã O

Este documento objetiva oferecer um conjunto organizado de informações relevantes para o conhecimento do Sistema BNDES. O trabalho, no entanto, não pretende ser exaustivo, devendo ser complementado por outros documentos elaborados por unidades do Sistema, alguns dos quais, inclusive, foram utilizados como fontes deste trabalho.

Controladoria do Sistema BNDES
COSIS

Junho/87

S U M Á R I O

	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
I - ESTRUTURA E FUNÇÕES	1
1.1 - Configuração Atual	
1.2 - Funções Básicas	
1.3 - Características Peculiares	
II - AS SUCESSIVAS PRIORIDADES SETORIAIS	6
III - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SISTEMA BNDES	9
IV - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
V - PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS, EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS	15
ANEXO A - A Atuação do Sistema BNDES nos Últimos Anos	22
1. Insumos Básicos	
2. Bens de Capital	
3. Energia	
ANEXO B - Situação Econômico-Financeira do Sistema BNDES	32
I - Situação Econômica	32
1.1 BNDES	
Avaliação Resumida da Situação do Passivo	
Avaliação Resumida da Situação do Ativo	
Evolução da Estrutura Patrimonial do BNDES	
1.2 FINAME	
1.3 BNDESPAR	

	PÁGINA
II - Situação Financeira	44
2.1 Entrada de Recursos	
Geração Interna	
Transferências PIS/PASEP/FPS	
Transferência FINSOCIAL	
Transferência FMM (Fundo da Marinha Mercante)	
Dotação e Empréstimos no País	
Empréstimos Externos	
2.2 Saída de Recursos	
Aplicações Orçamento de Investimento	
Aplicações da FINAME	
Aplicações da BNDESPAR	
III - Situação Orçamentária para 1987 e Execução do Orçamento de Investimento no período Janeiro/Junho 1987	50
ANEXO C - Estrutura Organizacional do Sistema BNDES	51
I - Evolução da Estrutura Organizacional do Sistema BNDES	51
1.1 BNDES	
1.2 FINAME	
1.3 BNDESPAR	
II - Organograma do Banco e das Subsidiárias	59
III - Representação do Sistema BNDES em Conselhos e Órgãos Colegiados	68
IV - Atribuições das Unidades Administrativas	68

	PÁGINA
ANEXO D - Principais Programas, Projetos, Empresas Controladas e Coligadas e Procedimento Operacional	79
I - Principais Programas do Sistema BNDES	79
1.1 BNDES	
FINSOCIAL	
PROÁLCOOL	
PROEN	
FMM	
PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS - BBD	
APOIO AO SETOR AGRÍCOLA E À IRRIGAÇÃO	
PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS-POC/	
PROGRAMA DE APOIO À MICROEMPRESA-PRO	
MICRO	
PROINFO	
PIS/PASEP	
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
FND	
1.2 FINAME	
1.3 BNDESPAR	
II - Principais Projetos	96
III - Principais Empresas Controladas e Coligadas	105
IV - Modalidades Operacionais do Sistema BNDES	110

I. ESTRUTURA E FUNÇÕES DO SISTEMA BNDES

1.1 - Configuração Atual

O Sistema BNDES é formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e por suas duas subsidiárias: FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial e BNDESPAR - BNDES PARTICIPAÇÕES S/A.

Nos últimos oito anos, o Sistema BNDES aplicou mais de Cz\$410 bilhões, a valores de 1986, ou seja, uma média de cerca de Cz\$51 bilhões/ano. Estes valores posicionam o Sistema BNDES como o maior organismo financeiro de fomento do País e o situa num patamar bastante próximo de agências de desenvolvimento de atuação internacional.

Em 1986, os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram cerca de Cz\$62 bilhões assim distribuídos percentualmente: indústria - 61%; infra-estrutura - 19%; social - 1%; energia - 5%; agricultura - 9%; outros - 5% (ver Quadro A.1, no Anexo A).

Por unidade do Sistema, os desembolsos repartiram-se da seguinte forma: BNDES - Cz\$36,3 bilhões; FINAME - Cz\$16,5 bilhões; BNDESPAR - Cz\$9,0 bilhões.

Trabalhando de forma integrada, o BNDES, a FINAME e a BNDESPAR dispõem de um variado conjunto de modalidades operacionais, as quais são permanentemente atualizadas e adaptadas para assegurar o atendimento às necessidades de investimento de empresas privadas e entidades públicas.

Criado em 1952, o BNDES tem a atribuição básica de apoiar financeiramente os investimentos prioritários para o desenvolvimento nacional. Atua com o objetivo de estimular a iniciativa privada nacional, sem prejuízo do apoio a empreendimentos a cargo do setor público.

O BNDES opera diretamente ou através de uma ampla rede de agentes financeiros - formada pelos Bancos regionais e estaduais de desenvolvimento e bancos de investimentos - concedendo apoio financeiro para implantação, expansão e modernização de unidades produtivas, visando estimular a formação de capital fixo. As operações através de agentes objetivam apoiar projetos e iniciativas de alcance regional, normalmente vinculados a micro, pequenas e médias empresas.

É também responsável pela gestão e aplicação de inúmeros fundos e programas, destacando-se o FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social e o PIS/PASEP. Na qualidade de agente financeiro, aplica recursos de outros programas, como é o caso do FMM - Fundo da Marinha Mercante, do PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool e do CONSERVE - Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial, substituído pelo PROEN - Programa de Racionalização de Energia. Em 23.07.86 foi instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, o qual é a segunda maior fonte dos recursos geridos pelo BNDES em 1987.

Entre as suas variadas formas de atuação, destacam-se: os empréstimos e financiamentos a empresas e outras entidades públicas ou privadas; o financiamento a acionistas para o aumento de capital de empresas; a prestação de garantia ao lançamento de ações e debêntures; e a prestação de aval a empréstimos externos e, também, internos.

A FINAME destina-se a fomentar o setor privado produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, que apresentem relevantes índices de nacionalização. Seu apoio financeiro constitui alternativa por excelência aos financiamentos externos de fornecedores de equipamentos importados, realizando dezenas de milhares de operações por ano.

Complementando a ação do Sistema, a BNDESPAR (*) atua fundamentalmente mediante participação no capital social de empresas nacionais, prioritariamente sob a forma de ações preferenciais sem direito a voto. Esta participação sempre procura ser temporária e minoritária. Sua carteira reúne ações de mais de 200 empresas, totalizando investimentos equivalentes a mais de 1 bilhão de dólares.

Além de contribuir para a viabilização de inúmeros projetos, com aporte complementar de capital de risco, a BNDESPAR exerce função fortalecedora e dinamizadora do mercado de capitais. Neste sentido, estimula a abertura do capital das empresas. Além disso, procura canalizar para as bolsas de valores as ações que tenham pertencido à sua carteira durante o período de maturação ou recuperação dos empreendimentos e alcançado grau de rentabilidade capaz de atrair os capitais privados.

1.2 - Funções Básicas

O Sistema BNDES é o principal instrumento financeiro da política de investimentos do Governo Federal.

Nesta condição, o Sistema persegue três objetivos permanentes:

- . a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social;

(*) A BNDESPAR é resultado da fusão, em 1982, das subsidiárias IBRASA, EMBRAMEC E FIBASE, constituídas em 1974.

- . o fortalecimento da empresa privada de efetivo controle nacional;
- . a atenuação dos desequilíbrios sociais e regionais da renda.

Nos termos desta filosofia de atuação, são contempla das com o seu apoio financeiro as iniciativas que tenham como finalidade:

- . promover a ampliação ou adequação da capacidade produtiva;
- . incentivar a melhoria da produtividade, em todos os níveis;
- . assegurar melhor ordenação de setores e empresas;
- . fortalecer financeiramente as empresas;
- . contribuir para a melhoria do padrão tecnológico da empresa nacional;
- . promover o aproveitamento racional dos recursos naturais do País.

Com a criação do FINSOCIAL, abriu-se ao BNDES a possibilidade de atuação na área social, através do apoio a investimentos em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor.

1.3 - Características Peculiares

Não obstante sua condição genérica de instituição bancária, o BNDES apresenta características funcionais bastante distintas daquelas das demais entidades financeiras, bem como das outras instituições públicas.

Em primeiro lugar, sendo entidade subordinada à esfera federal de planejamento, é a partir de uma ótica de longo prazo que devem ser definidas as áreas em que se concentrará sua ação de fomento.

Sua atuação não se superpõe à dos bancos comerciais, uma vez que estes dedicam-se ao financiamento das atividades correntes de produção e consumo. Difere também da dos bancos privados de investimentos, os quais operam basicamente com capital de giro, apenas com prazos mais dilatados. Estas instituições atuam no financiamento de longo prazo somente como agentes repassadores de recursos de agências públicas, entre as quais o BNDES e a FINAME.

Por outro lado, sua colaboração financeira contempla uma grande diversidade de setores econômicos e sociais, em contraposição a outras entidades estatais que se concentram no fomento de um único ou de reduzido número de setores.

Nos quadros de fontes de recursos da maior parte dos programas e projetos industriais e de infra-estrutura de importância nacional, quase sempre figuram participações significativas do BNDES, da FINAME ou da BNDESPAR, que constituem quase exclusiva fonte de financiamento de longo prazo das inversões do setor privado nacional.

II - AS SUCESSIVAS PRIORIDADES SETORIAIS

A definição dos rumos do desenvolvimento brasileiro, no pós-guerra, foi objeto de ampla discussão técnica e política.

Identificou-se, então, a necessidade de o Estado assumir, deliberadamente, o estratégico papel de promover a superação do subdesenvolvimento econômico. Para tanto, foram tomadas várias medidas, destacando-se entre elas a criação do BNDES, sugerida pela antiga Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

Ao longo do tempo, o apoio financeiro do BNDES aos distintos setores produtivos considerados prioritários tem-se deslocado, em função da importância que assumem na estratégia governamental, em cada estágio do desenvolvimento nacional.

No início, a colaboração financeira do BNDES foi decisiva para a melhoria da infra-estrutura, identificada, então, como um dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira. O BNDES dedicou-se, entre 1952/57, quase que integralmente a promover o reaparelhamento ferroviário e a eletrificação.

Com o avanço da industrialização, aumentou a demanda de aço, cuja produção doméstica mostrava-se insuficiente, constituindo entrave à implantação das chamadas indústrias pesadas. Assim, o BNDES inicia uma segunda fase de concentração de suas aplicações, passando a privilegiar a siderurgia.

A situação crítica vivida pela economia brasileira entre 1963/67 teve profundos efeitos sobre a destinação das aplicações do BNDES. Desde então, até princípios da década de 70, iria se promover uma ampliação do leque de atividades apoiadas, conduzindo-se, concomitantemente, o setor privado à

condição de maior beneficiário da colaboração financeira do Banco. A ação de fomento do BNDES passaria a ser destinada a novos segmentos industriais; ao desenvolvimento tecnológico; à comercialização de equipamentos; à complementação do capital de giro de projetos de elevada prioridade; e às pequenas e médias empresas.

A partir de 1974, ingressa o BNDES em nova fase, as sumindo a implementação das prioridades explicitadas no 2º Pla no Nacional de Desenvolvimento. Verifica-se, até o final da década, forte concentração das aplicações nos setores de bens de capital e insumos básicos (*), aos quais se passou a ofere cer apoio também sob a forma de participação acionária.

A atuação recente do Sistema BNDES teve seu delinea mento influenciado pela segunda grande elevação do preço do petróleo, em 1979, e a configuração de um quadro de grandes incertezas no mercado financeiro internacional.

O Governo Federal define, então, estratégia de médio prazo, envolvendo três prioridades: redução do consumo de energia importada, expansão do setor agrícola e geração de ex cedentes exportáveis.

Dessa forma, a ação do Sistema BNDES passou a concen trar-se na promoção das seguintes metas prioritárias:

- . Reestruturação da matriz energética;
- . Complementação dos projetos de insumos básicos, que contribuem de forma positiva para o balanço de paga mentos, seja pela substituição de importações, seja pelo incremento das exportações;
- . Consolidação do parque já instalado de bens de cap ital.

(*) No Anexo A apresenta-se uma análise da ação de fomento do Sistema BNDES nos setores de insumos básicos, bens de capital e energia, no período 1973/86.

Posteriormente, em 1982, o Governo Federal atribuiu ao Banco a responsabilidade de administração do FINSOCIAL.

Em 1983, nova atribuição foi conferida ao BNDES: a de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante, que efetivamente foi assumida no início de 1984.

Em virtude, principalmente, do crescente apoio que o Banco vem oferecendo ao setor de infra-estrutura - sobretudo na área rural e dos transportes - e das aplicações de recursos do FINSOCIAL, vem-se intensificando, nos últimos anos, a colaboração financeira do Sistema BNDES aos Governos Estaduais.

A propósito, merece destaque o apoio do Banco ao Projeto Nordeste e o reescalonamento das dívidas de alguns Estados. Ressalta-se, ainda, o apoio concedido aos Estados através da Resolução nº 474/75, do BNDES, que objetiva a capitalização dos bancos de desenvolvimento estaduais e regionais.

O Planejamento Estratégico do Sistema BNDES, em seu Plano Estratégico, para o período 1985/87, contemplou como segmentos prioritários para apoio do Sistema as seguintes atividades:

- Implantação e desenvolvimento dos setores tecnológicos de ponta;
- Modernização e expansão da capacidade produtiva;
- Expansão e modernização da infra-estrutura econômica;
- Aproveitamento das oportunidades agrícolas disponíveis;
- Ampliação e modernização dos serviços sociais.

Cabe acrescentar, que encontra-se em fase de formulação o Planejamento Estratégico do Sistema BNDES, para o período 1987/89, devendo estar concluído no mês de outubro.

III - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SISTEMA BNDES

Para a presente análise da situação econômico-financeira do BNDES foram considerados os dados do último Balanço, levantado em 31.12.86.

Os procedimentos adotados em decorrência da aplicação do Programa de Estabilização Econômica fixados pelo Decreto-lei nº 2.284/86 e normas complementares posteriormente baixadas produziram os seguintes efeitos:

- os direitos e as obrigações, com cláusula de correção monetária vinculada às ORTN, foram atualizados, basicamente, pelo valor "pro-rata" da OTN de CZ\$ 119,49.

- os direitos e as obrigações sem cláusula de correção monetária foram ajustados ao seu valor presente, mediante aplicação da tabela de conversão prevista no referido Decreto-lei.

- o ativo permanente e o patrimônio líquido foram corrigidos com base na variação da OTN (CZ 119,49).

- para os investimentos relevantes em controladas e coligadas, avaliados ao término do semestre foram utilizados os balanços das empresas investidas ajustados pelas disposições legais, levantados em 31.12.86 e/ou 28.02.87.

O ativo total (inclusive as aplicações referentes a fundos administrados) registrou uma elevação real da ordem de 6%, atingindo o montante de CZ\$ 330.741 milhões. Desde 1980, os recursos dos fundos administrados suplantam o ativo próprio do Banco. Em 31.12.86 a proporção é de 56,3/43,7.

O patrimônio líquido do BNDES atingiu a cifra de CZ\$.. 67.238 milhões, determinando um aumento real de 6%. O aumento real

decorreu, basicamente, do lucro líquido de CZ\$ 3.786 milhões, verificado no exercício, contra os CZ\$ 740 milhões registrados em 31.12.85.

O aumento do lucro foi proveniente, em grande parte, dos ajustes efetuados em função do Decreto-lei 2.284/86, que resultaram em maior ganho de equivalência patrimonial dos investimentos em empresas controladas e coligadas.

Verifica-se um alto grau de imobilização do patrimônio líquido, ou seja 98,5%, dos quais 98% encontram-se aplicados em participações societárias em empresas controladas e coligadas.

Esta relação demonstra a necessidade de se procurar sensibilizar as altas autoridades federais da necessidade de o Banco receber aportes de capital da União com livre destinação, a exemplo do que era feito no passado.

. FINAME

O Balanço da FINAME levantado em 31.12.86, tal qual o do BNDES, reflete os efeitos da aplicação do Decreto-lei nº 2.284 e normas complementares posteriormente baixadas.

Em 31.12.86, seu ativo total somou a quantia de CZ\$68.834 milhões, dos quais CZ\$ 68.827 milhões serão aplicados no Ativo Circulante e Realizável, basicamente em Programas Especiais, de Longo prazo e de Pequena e Média Empresa. Em relação ao Balanço encerrado em 31.12.85, a FINAME apresentou um crescimento real de 12%.

Suas exigibilidades totalizam CZ\$ 57.540 milhões, sendo CZ\$ 55.749 milhões representados por empréstimos junto ao BNDES; CZ\$. CZ\$1.204 milhões de origem externa; e os restantes CZ\$ 587 milhões compõem-se de diversos créditos de terceiros.

O lucro líquido de 1986 foi de CZ\$ 898 milhões, contra CZ\$ 236 milhões verificados no exercício de 1985.

. BNDESPAR

Os comentários a seguir são extraídos de dados do Balanço levantado em 31.12.86.

Seu ativo total monta a CZ\$ 45.129 milhões, dos quais 64,1% representados por participação acionária em empresas controladas e coligadas.

As exigibilidades de CZ\$ 26.160 milhões são quase que totalmente devidas ao BNDES.

Registra de capital e reservas a quantia de CZ\$ 25.619 milhões. Todavia, pela existência de prejuízos acumulados no valor de CZ\$ 8.117 milhões, seu Patrimônio Líquido se reduz a CZ\$17.502 milhões.

O Prejuízo registrado até 31.12.86 decorreu, basicamente, de provisões constituídas para perdas de investimentos num total de CZ\$ 12.062 milhões, relativas, em quase sua totalidade, às empresas Caraíba Metais (CZ\$ 10.580 milhões), CCB (CZ\$ 855 milhões) e Cia. Brasileira de Cobre (CZ\$ 404 milhões).

IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1 - BNDES

Atualmente, a Organização Básica do BNDES está estruturada em dez Áreas, a saber:

1 - Área de Planejamento - composta de seis unidades administrativas principais - elabora propostas de políticas, planos, orçamentos e programas de ação para o Sistema BNDES; propõe o estabelecimento de critérios de prioridades; e executa todas as tarefas pertinentes ao Departamento de Sistemas.

2 - Área Jurídica - composta de quatro unidades administrativas principais - estabelece e coordena a orientação jurídica a ser seguida pelas diversas unidades do Banco; planeja, organiza, coordena e executa os serviços jurídicos relacionados com a atuação judicial ou extrajudicial do Banco; atua nas atividades jurídico-negociais, quando da contratação de operações passivas do Banco.

3 - Área de Administração - composta de três unidades administrativas principais - planeja, executa e contrata as atividades de administração de recursos humanos, de material, de bens móveis e imóveis, bem como elabora a proposta do Orçamento Administrativo do Banco.

4 - Área de Relações Institucionais - composta de cinco unidades administrativas principais - é a responsável pela imagem externa do Sistema BNDES, bem como pela sua integração com as demais instituições afins nacionais. Também presta o apoio necessário aos empresários do Sul, do Norte e do Nordeste através de suas representações em São Paulo e em Recife.

5 - Área Financeira e Internacional - composta de cinco unidades administrativas principais - elabora propostas para a definição de políticas e diretrizes financeiras e operacio-

nais para a gestão dos recursos próprios do Banco e dos recursos por ele mobilizados. Cuida das relações com entidades internacionais no âmbito financeiro ou não e coordena as atividades das Representações de Washington.

6 - Área de Projetos I - composta de quatro unidades administrativas principais - procede à análise, contratação e acompanhamento de operações diretas de colaboração financeira do Banco, em benefício dos setores de mineração, metalurgia de não-ferrosos, siderurgia, bens de capital, bens de consumo e tradicionais, indústria química, petroquímica, fertilizantes e papel e celulose.

7 - Área de Projetos II - composta de quatro unidades administrativas principais - procede à análise, contratação e acompanhamento de operações diretas de colaboração financeira do Banco, nos setores de energia, carvão e reflorestamento, desenvolvimento regional, infra-estrutura básica e urbana, bem como das aplicações do Fundo da Marinha Mercante.

8 - Área de Projetos III - composta de três unidades administrativas principais - aplica recursos por intermédio de repasses a Agentes Financeiros e cuida das operações com os Estados para aumento de capital dos bancos de desenvolvimento. Promove fomento junto às economias estaduais e executa avaliação dos recursos por ela aplicados.

9 - Área de Projetos IV - composta de quatro unidades administrativas principais - procede à análise, contratação, execução e acompanhamento das operações de colaboração financeira do Banco em áreas de interesse para o desenvolvimento social, no âmbito do FINSOCIAL, bem como das operações que beneficiem o desenvolvimento regional, a agropecuária e a agroindústria.

10 - Área de Projetos V - composta de uma unidade administrativa - coordena e orienta as atividades do Departamento de Mercado de Capitais (DEMEC), além de supervisionar as atividades da BNDESPAR.

Presidência - composta das seguintes unidades de assessoramento:

- . Gabinete
- . Controladoria do Sistema BNDES
- . Assessoria de Segurança e Informações
- . Assessoria de Comunicação

Conforme pode-se notar, a Organização Básica do BNDES está representada por uma aglutinação de áreas, onde o número de unidades operacionais (5) é igual ao das unidades-meio e/ou de apoio (5). Tal fato prende-se a inúmeras alterações efetuadas na última década, embora sempre aproveitada a filosofia da estrutura original, a qual foi elaborada no período 71/73.

4.2 - FINAME

É estruturada organizacionalmente em duas Áreas -Área de Operações e Área de Serviços Gerenciais.

Esta subsidiária destina-se a fomentar o setor privado de bens de capital, mediante financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País que apresentem relevantes índices de nacionalização.

4.3 - BNDESPAR

Reestruturada recentemente em cinco Divisões operacionais e cinco de apoio - atua no apoio à capitalização da empresa nacional, através, principalmente, de participações societárias.

V - PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS, EMPRESAS
CONTROLADAS E COLIGADAS

A maior parte dos recursos próprios do BNDES é aplicada através de operações diretas que visam a atingir as metas de finidas pela Instituição, dentro das prioridades estabelecidas.

Com o objetivo de melhor atender tais prioridades, foram criados alguns programas, os quais são operados diretamente, ou mesmo através dos Agentes Financeiros do BNDES. Além disso, o Sistema BNDES aplica recursos de outros fundos e programas, seja como gestor, agente financeiro ou simples repassador.

Os principais fundos e programas próprios e de terceiros operados pelo Sistema BNDES são sumariados a seguir (*):

5.1 - Principais Programas do Sistema BNDES

5.1.1 - B N D E S

1 - FINSOCIAL

Criado em maio de 1982 com o objetivo de ampliar a ação social do Governo, através de financiamento a programas e projetos voltados para assistência à populações de baixa renda nas áreas de alimentação, saúde, educação, habitação e assistência ao pequeno produtor rural.

2 - PROÁLCOOL

O BNDES foi responsável por cerca de 20% da meta de 10,7 bilhões de litros de álcool estabelecida para 1985, através de 153 operações contratadas, das quais 77 na área industrial, 75 projetos rurais e a operação relativa à 1ª fase do Programa de Tancagem. A aplicação do PROÁLCOOL pelo BNDES embora ainda não tenha sido desativada, não vem tendo operações novas desde 1983.

(*) Um maior detalhamento desses programas encontra-se no Anexo D deste documento, que também descreve os procedimentos operacionais vigentes no Sistema BNDES. O conjunto de Fundos, Programas, Convênios etc. operados pelo Sistema é objeto de publicação específica intitulada Políticas Operacionais do Sistema BNDES / 1987.

3 - PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROEN

Pela Resolução nº 628/86, foi instituído o PROEN destinado à substituir, no âmbito do Sistema BNDES o Programa CONSERVE criado em 1981, no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio. O PROEN tem por objetivo fomentar, em quaisquer setores da economia nacional, a conservação de energia, observando as diretrizes da Comissão SEPLAN de Energia - CSE.

4 - FMM - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

Em junho de 1983 foi decidida a transferência do Fundo da Marinha Mercante, da SUNAMAM para o BNDES, o que se efetivou apenas em janeiro de 1984.

Tendo em vista os procedimentos até então adotados, geradores de sérias distorções no processo de financiamento da construção de embarcações, foi necessário um certo tempo para que o Banco viesse a propor modificações substanciais nas normas operacionais da aquele Fundo, fazendo com que as primeiras operações viessem a ser efetivadas apenas no final de 1984.

5 - PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS (BBD)

Trata-se de programa decorrente de Convênio existente entre o Banco Mundial/BNDES/Ministério dos Transportes que visa à construção e/ou melhoramentos de rodovias vicinais destinadas a melhorar o escoamento da produção agrícola.

Este programa desenvolve-se a alguns anos e já beneficiou todos os Estados da Federação, estando sendo implementado o 3º Convênio; os recursos utilizados no programa vem do Banco Mundial (37%), BNDES (33%), Ministério dos Transportes/DNER (10%), ficando os Estados com a contrapartida de 20%.

O programa é responsável pela construção de malha rodoviária com cerca de 26.000 km de estradas vicinais.

6 - APOIO AO SETOR AGRÍCOLA E À IRRIGAÇÃO

Desde 1979, o BNDES, através de convênio com o Ministério da Agricultura, vem apoiando o desenvolvimento rural integrado, buscando o desenvolvimento de microrregiões com grande potencial agrícola.

Atualmente, nas Políticas Operacionais do Sistema BNDES o apoio ao setor agrícola contempla o crédito para investimentos de empresas rurais ou cooperativas e financiamento de projetos de infra-estrutura rural, para investimentos fixos em: armazenagem; eletrificação rural (redes de eletrificação); rodovias vicinais; unidades de beneficiamento de sementes; e sistemas de irrigação, incluindo a construção de barragens e adutora.

Cabe registrar a preocupação do Banco em compatibilizar as ações desenvolvidas no Programa de Rodovias Vicinais com as de Apoio ao Setor Agrícola e de Financiamento à Irrigação.

7 - POC - PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS PROMICRO - PROGRAMA DE APOIO À MICROEMPRESA

O POC e o PROMICRO são programas operados por uma rede de Agentes Financeiros do BNDES que se destinam ao setor privado da economia, especialmente às micro, pequenas e médias empresas.

No período compreendido entre 1979 e 1986, o POC e o PROMICRO desembolsaram cerca de Cz\$35 bilhões (valores de 1986).

8 - PROGRAMA DE APOIO AO INCREMENTO DAS EXPORTAÇÕES - PROEX

Através da Resolução nº 589/83 do BNDES, de fevereiro de 1983, foi criado o PROEX com objetivo de estimular o crescimento das exportações.

Inicialmente concebido como programa de operações diretas do BNDES, que o vem desenvolvendo de comum acordo com a CACEX do Banco do Brasil, o PROEX foi alterado, podendo vir a ser operado também através dos agentes financeiros do Banco.

9 - PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO AO SETOR DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DA REDE DE AGENTES FINANCEIROS
- PROINFO

Criado pela Resolução nº 618/85, o PROINFO traduz a prioridade do Sistema BNDES ao Setor de Informática, que é constituído, em sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas, justificando o papel preponderante da Rede de Agentes Financeiros do Sistema BNDES na operacionalização do Programa.

O PROINFO atende às necessidades de investimento fixo, misto e de capital de giro, bem como ao desenvolvimento tecnológico e de "software" e à capacitação de pessoal, das Empresas Nacionais.

10 - PIS/PASEP

Os recursos arrecadados pelo PIS e PASEP passaram a ser aplicados, a partir de julho de 1974, pelo BNDES, destinando-se, preferencialmente, a programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente segundo as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Os recursos são aplicados através de operações pelo BNDES e representam cerca de 50% dos recursos aplicados pelo Banco.

11 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - FPS

Instituído pelo Decreto nº 79.459, de 30.03.77, como subconta do Fundo de Participação PIS/PASEP, tem por objetivo a participação dos trabalhadores no capital de empresas nacionais registradas na Comissão de Valores Mobiliários, através de investimentos diversificados, sob a forma de ações ou debêntures conversíveis em ações, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento do Mercado de Capitais.

12 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - FND

O FND, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, tem por finalidade prover recursos para a realização, pela União, de investimentos de capital previstos no "Plano de Metas" do Governo Federal, necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Sistema BNDES foi o primeiro agente deste Fundo, através de convênio assinado com o FND, em 23 de fevereiro de 1987.

13 - Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional - PROCAP

O PROCAP tem por objetivo apoiar projetos de investimentos de empresas do setor industrial, de capital aberto ou com compromisso de abertura de capital. O programa contempla dois mecanismos de atuação, a saber:

CONCAP (Condomínio de Capitalização de Empresa Privada Nacional) - Constituído sob a forma de fundo de investimento fechado, com recursos destinados à aplicação na subscrição de títulos ou à prestação de garantia firme de subscrição em ofertas públicas.

FINAC (Financiamento à Subscrição de Valores Mobiliários) - Destinado ao financiamento de subscrição pública, através de bancos de investimentos e/ou sociedades corretoras.

5.1.2 - F I N A M E

Com o objetivo de consolidar suas práticas operacionais, a FINAME, através da Circular nº 59, de 03.07.87, comunicou a seus agentes a extinção dos Programas Pequena e Média Empresa e de Longo Prazo, que foram substituídos pelo Programa Automático, cujas

condições de financiamento são apresentadas no quadro a seguir:

BENEFICIÁRIA	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	REGIÃO	PRAZOS (MESES)		PARTICIPAÇÃO MÁXIMA (%)
			CARÊNCIA	TOTAL	
Micro e Pequena Empresa	Produção Industrial ou Prestação de Serviços Básicos	I	3 a 12	12 a 60	90
		II	3 a 12	12 a 60	80
Média e Grande	Produção Industrial ou Prestação de Serviços Básicos	I	3 a 12	12 a 60	90
		II	3 a 12	12 a 60	80
Empresa de Qualquer Porte	Informática e Produção Agropecuária	I	3 a 12	12 a 60	90
		II	3 a 12	12 a 60	80
	Transporte Rodoviários e Outros Equipamentos a Critério da FINAME	I	3 a 6	12 a 36	80
		II	3 a 6	12 a 36	80

PROGRAMA ESPECIAL

A principal característica deste programa é a de financiar a aquisição de equipamentos fabricados sob encomenda.

5.1.3 - B N D E S P A R

Essa subsidiária destina-se ao fortalecimento financeiro das empresas, atuando através de participação acionária em caráter temporário e minoritário, bem como mediante a garantia de subscrição de ações destinadas à colocação privada. Excepcionalmente, pode, também, subscrever debêntures conversíveis em ações.

As diretrizes para a atuação do Sistema BNDES nas atividades de participação acionária e de mercado de capitais estão consubstanciadas na Resolução nº 594/83 do BNDES.

5.2 - Principais Projetos, Empresas Controladas e Coligadas

No Anexo D, encontram-se algumas informações sobre os principais projetos apoiados pelo Sistema, bem como sobre as em presas coligadas ao BNDES, abaixo relacionados:

Principais Projetos

- 01 - CVRD
- 02 - ENGESA (SP)
- 03 - FISIBA (BA)
- 04 - HIDROVIA TIETÊ PARANÁ (SP)
- 05 - JARI (AP)
- 06 - METRÔ (RJ)
- 07 - METRÔ (SP)
- 10 - PÓLO CLOROALCOQUÍMICO DE ALAGOAS (AL)
- 11 - PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI (BA)
- 12 - PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL (RS)
- 13 - RFFSA
- 14 - SIDERBRÁS
- 15 - SIDERÚRGICA N. S. APARECIDA (SP)
- 16 - VIBASA

Principais Controladas e Coligadas

- 01 - CARAÍBA (BA)
- 02 - CIAAI
- 03 - CCB (BA)
- 05 - COBRA (RJ)
- 06 - COSINOR (PE)
- 07 - MAFERSA (SP)
- 08 - MÁQUINAS PIRATININGA (SP)
- 09 - SIBRA (BA)
- 10 - USIMEC (MG)

ANEXO A
A ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES NOS
ÚLTIMOS ANOS

Este anexo apresenta a evolução entre 1979/86, das distribuições setoriais e regional dos desembolsos do Sistema BNDES, bem como uma análise sucinta de sua atuação em apoio aos ramos industriais e de insumos básicos, ao segmento de bens de capital e ao setor energético.

Como se pode ver no Quadro A.1, os recursos do Sistema BNDES foram destinados majoritariamente à indústria, ou seja, na proporção de 54% dos desembolsos efetuados entre 1979/86.

QUADRO A.1

SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL - 1979/1986

ANOS	Cz\$ milhões de 1986																	
	1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986 (1)		1979/1986	
SETORES	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
INDÚSTRIA	37.662	64	27.541	59	20.913	57	27.306	54	25.662	45	23.660	47	20.334	41	37.820	61	220.898	54
AGRICULTURA	6.233	10	4.564	10	3.255	9	3.331	7	3.951	7	4.118	8	5.380	11	5.826	9	36.658	9
ENERGIA	5.071	9	4.432	10	6.322	17	10.083	20	11.177	20	3.904	8	4.015	8	2.897	5	47.901	12
INFRA-ESTRUTURA	5.705	10	7.176	15	4.801	13	6.038	12	5.109	9	9.754	19	12.736	26	11.619	19	62.938	15
SOCIAL	-	-	-	-	-	-	2.405	5	8.544	15	7.585	15	4.090	8	585	1	23.209	6
OUTROS	4.437	7	2.585	6	1.496	4	1.009	2	2.074	4	1.768	3	2.940	6	3.229	5	19.538	4
TOTAL	59.109	100	46.297	100	36.788	100	50.173	100	56.517	100	50.787	100	49.495	100	61.976	100	411.142	100

(1) (Inclui Operações Escriturais).

- Valores atualizados, com base no IGP médio anual (Col. 2 - FGV).

Em segundo lugar figura a infra-estrutura, com uma participação bem mais reduzida, isto é, da ordem de 15%, dos desembolsos do período.

Em termos geográficos, as aplicações concentram-se na Região Sudeste, com 51% dos desembolsos realizados no período 1979/86.

QUADRO A.2

SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL - 1979/1986

Cz\$ milhões de 1986

ANOS	1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986 (1)		1979/1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%												
NORTE	739	1	818	2	754	2	3.904	8	5.882	11	2.920	6	3.264	7	2.657	4	20.938	5
NORDESTE	12.466	21	8.811	19	7.176	20	10.411	21	15.234	27	13.718	27	10.060	20	20.473	33	98.349	24
SUDESTE	33.596	57	26.459	57	19.519	53	24.309	48	24.509	43	24.738	49	25.978	53	28.797	47	207.905	51
SUL	10.565	18	8.442	18	7.843	21	8.411	17	9.004	16	7.650	15	7.065	14	8.309	13	67.289	16
CENTRO-OESTE	1.743	3	1.767	4	1.496	4	3.138	6	1.887	3	1.762	3	3.128	6	1.740	3	16.661	4
BRASIL	59.109	100	46.297	100	36.788	100	50.173	100	56.517	100	50.787	100	49.495	100	61.976	100	411.142	100

(1) Inclui operações escriturais.

- Valores atualizados com base no IGP médio anual (Col. 2 - FGV).

A segunda maior beneficiária é a Região Nordeste que recebeu 24% do mesmo total.

1 - INSUMOS BÁSICOS

Como se pode ver no Quadro A.3, foi maciço o apoio do Sistema BNDES ao conjunto dos setores de insumos básicos, no período de 1973/86.

QUADRO A.3SISTEMA BNDES: DESEMBOLSOS PARA OSETOR DE INSUMOS BÁSICOS - 1973/86

ANOS	Cz\$ MILHÕES CORRENTES	Cz\$ MILHÕES DE 1986
1973	1,4	5.031
1974	3,9	10.595
1975	10,3	21.855
1976	16,6	24.931
1977	26,8	28.330
1978	37,1	28.226
1979	50,9	25.141
1980	80,1	19.772
1981	136,1	16.007
1982	372,2	22.394
1983	802,1	18.962
1984	2.344,4	18.474
1985	5.833,0	14.122
1986 (1)	27.845,5	27.845,5

Fonte: BNDES

(1) Inclui operações escriturais.

No total, o Sistema BNDES destinou aos setores de insumos básicos cerca de Cz\$ 282 bilhões, computados a preços constantes de 1986. Essas aplicações mais que duplicam, de 1973 para 1974, e, novamente, deste ano para o seguinte. Atingem, no período 1973/86 a elevada média anual de cerca de CZ\$ 19 bilhões (a preços de 1986).

Os ramos de insumos básicos receberam cerca de 40% dos desembolsos efetuados pelo Sistema BNDES, entre 1979/86, revelando forte concentração.

Com isso, viabilizaram-se importantes projetos em mineração, siderurgia, metais não-ferrosos, química e petroquímica, papel e celulose e cimento.

a) Siderurgia

O Sistema BNDES contribuiu de maneira decisiva para que a produção brasileira de aço bruto atingisse mais de 20 milhões de toneladas em 1985, contra cerca de 6 milhões em 1971 (Quadro A.4). A capacidade atual de produção é da ordem de 23 milhões de toneladas ano, devendo chegar a 29 milhões de t/a, quando da conclusão do Estágio III. Haverá necessidade de implementar novo programa de investimentos, para elevar a capacidade para 53 milhões de t/a no ano 2000.

Paralelamente, as importações líquidas de aço, que eram de cerca de 1,5 bilhão de dólares, transformaram-se hoje em exportações líquidas de mais de 1,5 bilhão de dólares (1985).

QUADRO A. 4

PRODUÇÃO DE ALGUNS INSUMOS BÁSICOS

BRASIL - 1971, 1980, 1983, 1984, 1985, 1986

PRODUTOS	1.000 t					
	1971	1980	1983	1984	1985	1986
Alumínio	91	314	401	457	550	750
Aço	6.020	15.339	14.671	18.385	20.453	21.400
Cimento	9.803	27.193	20.870	19.497	20.612	25.200
Papel	1.237	3.362	3.417	3.768	4.039	4.485
Celulose	744	2.873	3.058	3.345	3.411	3.580

Fonte: Séries Estatísticas (BNDES, maio/1982), CDI, IBS, SNIC, ANFPC.

(1) Dados Preliminares

b) Metais Não-Ferrosos

Na indústria de metais não-ferrosos registrou-se significativo crescimento da produção em quase todos os seus segmentos.

Devem-se destacar, em particular, os ramos de produção de cobre, alumínio e zinco, que foram objeto de especial apoio por parte do Sistema BNDES.

O melhor exemplo dessa atuação é o projeto Caraíba, que inaugurou, em escala industrial, a produção primária de cobre no país.

No setor de alumínio, apesar de desde 1970 a demanda interna ter triplicado, o país transformou-se de importador em auto-suficiente, prevendo-se que se torne um grande exportador do metal em 1988.

Desde 1973, o BNDES aplicou recursos equivalentes a mais de 2 bilhões de dólares no setor de metais não-ferrosos.

c) Fertilizantes

Os empreendimentos financiados acresceram a capacidade produtiva em mais de 1,5 milhão de t/ano de produtos fosfatados. Quanto a fertilizantes nitrogenados, os empreendimentos conduzidos através do Grupo Petrobrás elevaram substancialmente a oferta brasileira.

d) Química e Petroquímica

Nestes ramos, os principais empreendimentos apoiados constituíram-se em dinâmicos pólos regionais - tais como o Complexo Petroquímico do Nordeste e o Complexo Petroquímico do Sul, que estão proporcionando um ganho líquido de divisas em montante superior a US\$ 1,4 bilhão por ano.

e) Celulose e Papel

O apoio financeiro do BNDES neste setor foi altamente significativo para o país, já que demonstrou a vantagem comparativa que o Brasil possui neste segmento e que se encontrava inproveitada devido a um crônico deficit de capacidade instalada. A produção de celulose quadruplicou na década de 70 (Quadro A.4), transformando-se importações da ordem de US\$ 300 milhões, em 1974, em exportações de US\$ 300 milhões, em 1985.

f) Cimento

O apoio ao setor cimenteiro permitiu triplicar a oferta interna deste importante insumo não decorrer da década de 70. A capacidade instalada atual suplanta 35 milhões de toneladas por ano, atendendo plenamente a demanda.

2 - BENS DE CAPITAL

Outro segmento que mereceu especial atenção do Sistema BNDES, no período, foi o setor de bens de capital.

Nos últimos quatorze anos, os desembolsos do Sistema BNDES para o setor ultrapassaram CZ\$ 34 bilhões, a preços de 1986 (ver Quadro A. 5).

QUADRO A.5SISTEMA BNDESDESEMBOLSOS PARA O SETOR DE BENS DE CAPITAL - 1973/1986

ANOS	Em CZ\$ milhões Correntes	Em CZ\$ milhões de 1986
1973	0,4	1.262
1974	0,7	1.908
1975	1,4	3.059
1976	3,1	4.643
1977	3,4	3.586
1978	2,9	2.177
1979	6,9	3.423
1980	8,8	2.175
1981	13,3	1.567
1982	17,5	1.054
1983	99,6	2.355
1984	267,3	2.106
1985	972,0	2.353
1986 (1)	3.608,8	3.609

Fonte: BNDES

1/ Inclui operações escriturais.

Com esse apoio, tornou-se possível, em prazo extremamente curto, implantar no País um parque de indústria mecânica pesada de nível semelhante ao das nações desenvolvidas.

A parcela relativa ao setor de bens de capital em nossa

balança comercial passou de uma posição deficitária de US\$ 3 bilhões, em 1975, para o atual quadro superavitário (ver Quadro A.6).

QUADRO A.6

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL
BRASIL - ANOS ESCOLHIDOS DO PERÍODO 1970/ 85

Em US\$ milhões (FOB)

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1970	97	908	(811)
1973	303	2.109	(1.806)
1975	893	3.933	(3.040)
1977	1.382	3.101	(1.719)
1980	3.360	4.392	(1.032)
1983	3.005	2.489	516
1984	3.346	2.163	1.183
1985	4.068	2.366	1.702

Fonte: 1979/83: MIC, Informe Estatístico, março de 1984.

1984: MIC e BNDES

1985: MIC

3 - ENERGIA

O setor energético readquire relevância nas aplicações do Sistema BNDES a partir de 1979. Paralelamente ao tradicional apoio complementar concedido à produção de energia elétrica, o Sistema BNDES dedicou-se, também, a fornecer a produção de insumos energéticos alternativos.

Dois programas são merecedores de destaque: O PROÁLCOOL e o CONSERVE. (atual PROEN).

a) PROÁLCOOL

O BNDES passou a ser agente financeiro do Programa Nacional do Alcool a partir de 1980. Desde aquela data, foram contratadas cerca de 150 operações pelo Banco- metade dos quais realizados do Nordeste - que deverão gerar mais de 1,4 bilhão de litros de álcool por safra. Este montante corresponde a uma economia de divisas de cerca de US\$ 300 milhões anuais.

b) PROEN

O Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial - CONSERVE (atual PROEN) foi criado em 1981, já tendo aprovado 84 operações de financiamento no valor equivalente a US\$ 200 milhões. Os setores mais apoiados pelo programa foram os de cimento, papel e celulose, siderúrgico e o Pólo Petroquímico do Nordeste, que são os grandes consumidores de petróleo.

Os projetos apoiados pelo PROEN propiciarão, uma economia de 10 milhões de barris-equivalentes de petróleo, por ano, ou seja, cerca de 3% do consumo nacional, gerando uma economia anual da ordem de US\$ 300 milhões.

QUADRO A.7SISTEMA BNDESDESEMBOLSOS PARA O SETOR DE ENERGIA - 1979/86

ANOS	CZ\$ Milhões Correntes	CZ\$ Milhões de 1986
1979	9,6	4.735
1980	16,7	4.132
1981	50,7	4.846
1982	156,8	9.435
1983	442,4	10.458
1984	495,4	3.904
1985	1.658,4	4.015
1986	2.897,0	2.897

Fonte: BNDES

Esta é uma área em que, como se sabe, foram obtidos grandes sucessos. Em 1979, a produção interna de petróleo era de cerca de 170 mil barris diários, representando 15% do consumo, da ordem de 1,1 milhão de barris/dia. Hoje produzimos 600 mil barris diários, correspondentes a 60% do consumo diário de 1 milhão de barris/dia.

Considerando o conjunto dos insumos energéticos - petróleo, gás, álcool, carvão, etc. - a produção interna atende a 2/3 do consumo atual.

ANEXO BSITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SISTEMA BNDES

Neste anexo analisa-se a situação econômico-financeira e orçamentária do Sistema BNDES. A análise é dividida em três partes distintas:

. a primeira, onde se avalia a situação econômica do Banco e de suas duas subsidiárias integrais - a FINAME e a BNDESPAR - a partir de dados constantes nos Demonstrativos Contábeis de 31.12.1986.

. a segunda, onde se aborda o comportamento dos ingressos e saídas de recursos do Sistema BNDES nos dois últimos anos, dando-se uma visão estritamente financeira do fluxo de recursos e das aplicações;

. e a terceira, onde se apresenta as perspectivas orçamentárias para o ano de 1987 e a execução orçamentária até junho/87.

I - Situação Econômica1.1 - BNDESAvaliação Resumida da Situação do Passivo

A análise das exigibilidades do Banco, apoiada em dados do Balanço de 31.12.1986 foi subdividida em duas avaliações : uma referente à parcela do exigível em moeda estrangeira e outra correspondente aos empréstimos contraídos no País.

Quanto às exigibilidades externas, o saldo dos empréstimos em moeda estrangeira correspondia em dez/86 a CZ\$ CZ\$ 49.073.985 mil (o equivalente, na época, a US\$3,4 bilhões). O perfil de pagamento desta obrigação com estimativa dos respectivos encargos concentra os maiores desembolsos nos anos de 1987 a 1989, a saber: 1987 - US\$ 797 milhões; 1988 - US\$ 879 milhões e 1989 - US\$ 665 milhões.

TABELA B.1
BALANÇO SINTÉTICO
31.12.1986

CZ\$ milhões

A T I V O		P A S S I V O	
Aplicações PIS/PASEP/FPS	183.336	Recursos PIS/PASEP/FPS	187.183
Aplicações BNDES	74.494	Empréstimos no País	8.138
		Empréstimos Externos	49.074
Ativo Permanente	66.222	Patrimônio Líquido	67.238
Outros	6.689	Outros	19.108
Total.....	330.741	Total	330.741

As operações contraídas no País, que ao final do 1º semestre de 1986 equivaliam a CZ\$ 8.138.324 mil, referem-se basicamente à atuação do Banco como agente da FINAME, em aportes de recursos destinados à RFFSA, CEMIG, FURNAS, ITAIPU e METRÔ-RJ, bem como à captação de recursos junto ao Banco do Brasil, BNH, BACEN (Reserva Monetária) e SEPLAN.

Em especial, os recursos da Reserva Monetária foram o principal sustentáculo do resultado contábil do BNDES, de vez que sobre eles incidiam um custo real negativo (juros que variam de 1% a 10% a.a., sem correção monetária). As operações da Reserva Monetária tiveram início em 1971, tendo sido a última operação contratada em 1981. São operações com longo prazo de carência e amortização e que atualmente estão em fase de acentuada amortização.

O BNDES administra também recursos vinculados, entre os quais FINSOCIAL(*), PROÁLCOOL e FMM, cujas posições de saldo eram, em 31.12.86, de CZ\$ 1.602.940 mil; CZ\$ 789.521 mil e CZ\$.. CZ\$ 7.699.176 mil, respectivamente.

(*) (Até dez/86 foram transferidos CZ\$ 4.122.168 mil do FINSOCIAL, tendo sido aplicado a fundo perdido CZ\$ 3.532.660 mil).

O Patrimônio Líquido do Banco, em dez/86, era de CZ\$... CZ\$ 67.237.563 mil, dos quais CZ\$ 32.192.139 mil correspondentes ao seu capital social integralizado. Na tabela a seguir, encontra-se a evolução deste capital de dez/79 a dez/86. Cabe ressaltar que o volume de reservas, que foi incorporado ao capital do BNDES no 1º semestre de 1986, correspondeu a CZ\$ 22.108.118 mil.

TABELA B.2

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO BNDES

31.12.79 a 31.12.86

CZ\$ milhões

DATA	AUMENTO DO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL APÓS CADA AUMENTO	FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO
<u>31.12.79</u>		<u>60.000</u>	
06.05.80	30.000	90.000	Capitalização de reserva
<u>31.12.80</u>		<u>90.000</u>	
13.07.81	30.000		Transferência de ações da União
20.03.81	82.580		Correção Monetária
<u>31.12.81</u>		<u>202.580</u>	
15.03.82	168.388		Correção Monetária
28.06.82	179.032		Transferência de Ações da União
01.11.82	120.000		Emissão de ORTN
<u>31.12.82</u>		<u>670.000</u>	
16.03.83	46.000		Emissão de ORTN
21.03.83	452.649		Correção Monetária
16.11.83	160.000		Transferência de ações da União
<u>31.12.83</u>		<u>1.328.649</u>	
23.04.84	1.823.255		Correção Monetária
28.09.84	76.973		Em dinheiro (Jari)
30.11.84	15.000		Em dinheiro (Nova América)
<u>31.12.84</u>		<u>3.243.877</u>	
31.01.85	10.000		Em dinheiro (Nova América)
18.03.85	15.000		Em dinheiro (Nova América)
30.04.85	6.815.143		Correção Monetária
<u>31.12.85</u>		<u>10.084.021</u>	
17.04.86	22.108.118		Correção Monetária
<u>31.12.86</u>		<u>32.192.139</u>	

Avaliação Resumida da Situação do Ativo

Encontra-se nas aplicações do BNDES, excluídas a quelas com recursos PIS/PASEP - uma carteira de empréstimos e financiamentos que, incluindo o ressarcimento de benefícios fiscais concedidos através do DL 1452/76 e do DL 1679/79, em dez/86, montava a Cz\$ 60.966 milhões, concentrada em mutuários cujas operações apresentam um longo prazo de amortização. Entre os mutuários, destacam-se a FINAME, BNDESPAR, RFFSA, CARAÍBA, SIDERBRÁS, AÇOMINAS, USIMEC, COSIPA, USIMINAS, CSN E VIBASA.

Incluindo os recursos oriundos do PIS/PASEP, o total dos empréstimos concedidos à FINAME e à BNDESPAR equivaliam, em dez/86, Cz\$ 55.621 milhões e Cz\$ 22.511 milhões, respectivamente.

No tocante ao Ativo Permanente, 98% representam Investimentos do BNDES - Cz\$ 64.974 milhões - e os 2% restantes; Imobilizados. Comparando-se com o Patrimônio Líquido, verifica-se que o Ativo Permanente do Banco atinge a 98,5%. Devido a este nível estar acima do desejável, o BNDES, desde 1980, não vem mais imobilizando nas suas subsidiárias. O percentual de investimentos na FINAME é atualmente de 17,4% (Cz\$ 11.294,3 milhões) e na BNDESPAR de 5,7% (Cz\$ 3.633,1 milhões) em relação ao total de investimentos do Banco.

Outros investimentos expressivos do BNDES são: ELETROBRÁS - Cz\$ 16.466 milhões; PETROBRÁS - Cz\$ 4.443 milhões, SIDERBRÁS - Cz\$ 3.233 milhões; USIMINAS - Cz\$ 1.437 milhões (posiçã o de dez); Cia. Florestal Monte Dourado - Cz\$ 1.401 milhões.

Sob a ótica das empresas coligadas, pode-se observar que em alguns casos é significativa a participação do Banco. (Ver Tabela B.3).

TABELA B.3

E M P R E S A	Posição dez/86	
	% BNDES	
	CAPITAL VOTANTE	CAPITAL TOTAL
ABICO	35,00	35,00
BNDESPAR	100,00	100,00
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	21,75	38,25
ELETROBRÁS	31,87	31,55
CIMETAL	20,51	36,99
CIA. INC. DE ATIV. AGRIC. E IND	100,00	100,00
TECIDOS NOVA AMÉRICA	51,55	54,96
ENGESA	-	31,22
FINAME	100,00	100,00
MAFERSA	97,67	99,16
USIMEC	90,80	92,58

É interessante notar que o BNDES tem procurado uma ação de desinvestimento. Pode-se lembrar que já em 1984 o BNDES vendeu à BNDESPAR parcela de sua participação acionária na SIDERBRÁS. Conseqüentemente, reduziu o seu índice de imobilização, tendo como contrapartida o aumento de seu realizável naquela subsidiária. A BNDESPAR, prosseguindo esta operação, vendeu à União Federal os títulos. A Multifabril, empresa do Grupo Cataguases-Leopoldina, adquiriu o controle acionário da Companhia de Tecidos Nova América, em leilão em 09.06.87, na Bolsa de Valores-RJ. O total, da operação foi de Cz\$ 579 milhões e a Multifabril passou a deter 25,4 milhões de ações ordinárias ao portador da Nova América, equivalente a 51% do capital votante.

Finalmente, em relação ao item "Outros Ativos", ele é constituído pelas disponibilidades, acrescidas dos saldos aplicados com recursos do FINSOCIAL (operações reembolsáveis) e PROÁLCOOL.

Evolução da Estrutura Patrimonial do BNDES

Conforme pode ser observado na TABELA B.1, ao elaborar o Balanço Sintético do BNDES, tratou-se de forma distinta os saldos decorrentes dos recursos e das aplicações do FUNDO PIS/PASEP. Este procedimento baseou-se no fato de que as operações com recursos deste FUNDO são diretamente incorporadas ao patrimônio do PIS/PASEP, sem transitar no resultado do Banco.

Ao analisar-se a evolução das aplicações do BNDES no período 1979/1986 constata-se a expressiva participação dos recursos do PIS/PASEP. Do total aplicado nas operações fins do Banco - financiamentos e participações societárias - os recursos deste FUNDO representaram os seguintes percentuais: 1979 - 48,7%; 1980 - 53,7%; 1981 - 57,8%; 1982 - 58,3%; 1983 - 57,5%; 1984 - 56,1%; 1985 - 51,70% e dez/1986 - 55,4%.

A TABELA B.4 retrata a evolução da Estrutura Patrimonial do BNDES em percentagem, de 1979 a 1986. Como pode ser observado, o total das aplicações do Banco, que em 1979 correspondia a cerca de 80% do Ativo, vem decaindo, situando-se atualmente em 73%, apesar da crescente participação dos recursos do PIS/PASEP (1979 - 45%; dez/86 - 54%).

Paralelamente, o Banco vem alocando um percentual crescente de seus recursos em participações societárias. Parte deste crescimento pode ser computado aos recentes aumentos de capital do BNDES condicionados a investimentos específicos (TABELA B.2).

TABELA B.4

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A N O S	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<u>A T I V O</u>	<u>100</u>							
<u>FINANCIAMENTOS</u>	<u>79,8</u>	<u>82,5</u>	<u>81,2</u>	<u>74,7</u>	<u>76,0</u>	<u>75,7</u>	<u>73,4</u>	<u>73,0</u>
- BNDES	34,8	31,6	26,1	21,4	22,1	23,7	22,6	18,1
APLICAÇÕES	32,0	28,4	21,3	18,0	19,1	21,5	21,4	16,3
TESOURO NACIONAL	2,8	3,2	4,8	3,4	3,0	2,2	1,2	0,1
- PIS/PASEP	45,0	50,5	54,0	52,0	52,7	51,1	50,1	54,3
APLICAÇÕES	43,0	47,7	49,8	48,9	48,8	46,9	45,7	49,2
TESOURO NACIONAL	2,0	2,8	4,2	3,1	3,9	4,2	4,4	5,1
- PROÁLCOOL	-	0,4	1,1	1,0	0,5	0,5	0,4	0,3
- FINSOCIAL	-	-	-	0,3	0,7	0,4	0,3	0,3
<u>CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES</u>	<u>13,5</u>	<u>13,3</u>	<u>15,2</u>	<u>17,8</u>	<u>19,9</u>	<u>20,1</u>	<u>20,5</u>	<u>16,5</u>
BNDES	13,1	12,8	14,6	17,2	18,7	18,4	17,7	14,1
FPS	0,4	0,5	0,6	0,6	1,2	1,7	(1) 2,8	(1) 2,4
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>0,6</u>	<u>0,7</u>	<u>0,6</u>	<u>0,6</u>	<u>0,4</u>	<u>0,5</u>	<u>0,4</u>	<u>0,4</u>
<u>OUTRAS APLICAÇÕES</u>	<u>2,3</u>	<u>0,7</u>	<u>1,2</u>	<u>6,0</u>	<u>3,7</u>	<u>3,7</u>	<u>5,7</u>	<u>10,1</u>
<u>DIFERIDO</u>	<u>3,8</u>	<u>2,8</u>	<u>1,8</u>	<u>1,0</u>	-	-	-	-
<u>P A S S I V O</u>	<u>100</u>							
<u>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>	<u>79,1</u>	<u>81,1</u>	<u>81,1</u>	<u>76,4</u>	<u>79,0</u>	<u>78,5</u>	<u>80,3</u>	<u>80,2</u>
RECURSOS PIS/PASEP	45,9	51,1	54,8	52,7	53,9	52,8	(1) 53,1	57,6
PROÁLCOOL	-	0,5	1,1	1,0	0,7	0,5	0,4	0,2
FINSOCIAL	-	-	-	2,2	1,1	0,4	0,5	0,5
FMM	-	-	-	-	-	1,4	1,1	2,3
OBRIGAÇÕES CONTRAT. INSTITUIÇÕES OFICIAIS	13,8	10,2	7,8	4,9	3,6	3,0	2,9	2,4
OBRIGAÇÕES CONTRA. NO EXTERIOR	16,2	16,6	15,1	12,8	17,8	17,3	17,6	14,5
OUTROS	3,2	2,7	2,3	2,8	1,9	3,1	4,7	2,7
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>20,9</u>	<u>18,9</u>	<u>18,9</u>	<u>23,6</u>	<u>21,0</u>	<u>21,5</u>	<u>19,7</u>	<u>19,8</u>
CAPITAL	10,7	9,5	9,6	13,2	8,8	6,0	5,3	9,5
RESERVAS	10,2	9,4	9,3	10,4	12,2	15,5	14,4	10,3

(1): Acrescido do valor das aplicações do FPS para garantir uniformidade de critérios p/ comparação com os exercs. anteriores

1.2 - FINAME

A análise das exigibilidades da FINAME é, na sua quase totalidade, de responsabilidade do Banco. Das obrigações contraídas no País, Cz\$ 55.826 milhões referem-se a empréstimos concedidos pelo BNDES (inclusive CZ\$ 205 milhões de repasse CONSERVE) e quanto às obrigações em moeda estrangeira, US\$ 78,3 milhões, em dez/86, e todas as operações têm aval do Banco. O perfil de amortização desta dívida, é o seguinte: 1987 - US\$ 21,8 milhões; 1988 - US\$ 18,9 milhões; 1989 US\$ 18,9 milhões.

TABELA B.5BALANÇO SINTÉTICO DA FINAME

31.12.86

Cz\$ milhões

A T I V O		P A S S I V O	
Aplicações FINAME	65.140	Empréstimos no País	55.826
Ativo Permanente	7	Empréstimos Externos	1.204
Outros	3.686	Outros	509
Ativo Compensação	32.382	Patrimônio Líquido	11.294
		Passivo Compensação	32.382
TOTAL	101.215	TOTAL	101.215

Do universo de agente da FINAME, exclusive o BNDES, entre aqueles com as maiores aplicações em 30.06.87, destacam-se os listados na tabela a seguir.

TABELA B.6

AGENTE FINANCEIRO	RESPONSABILIDADE		
	INTRA-LIMITE	EXTRA-LIMITE	TOTAL
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	12.793	8.334	21.127
BCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	16.318	-	16.318
BCO DE DESENV. DE MINAS GERAIS	11.449	718	12.167
BCO BRADESCO DE INVEST. S.A.	12.255	-	12.555
BCO DE DESENV. DO EST. SÃO PAULO	6.972	7.128	10.100
BCO ITAÚ DE INVESTIMENTO S.A.	8.639	-	8.639
BCO DE DESENV. DO EST. DA BAHIA S.A.	6.059	403	6.462
ECO NAC. DE INVESTIMENTOS S.A.	5.705	-	5.705
BCO DE DESENV. DO PARANÁ S.A.	3.904	518	4.422
SUB-TOTAL	91.756	14.466	106.222
117 OUTROS AGENTES	75.194	4.282	79.476
TOTAL	166.950	18.748	185.698

Os agentes financeiros acima relacionados são responsáveis por 57,2% das operações da FINAME.

1.3 - BNDESPAR

As obrigações da subsidiária para com o Banco correspondiam, em dez/86, a Cz\$ 27.598 milhões. Vale ressaltar que parcela expressiva destas obrigações - Cz\$ 8.931 milhões - decorre da operação com a SIDERBRÁS, onde a BNDESPAR comprou ações percentes ao BNDES e assumiu a dívida da SIDERBRÁS junto ao Banco, subscrevendo-a em novas ações e posteriormente vendendo todo o lote à União.

TABELA B.7

BALANCETE SINTÉTICO DA BNDESPAR

31.12.86

Cz\$ milhões			
A T I V O		P A S S I V O	
Realiz. Longo Prazo	10.349	Empréstimos L. Prazo	26.160
Permanente	31.334	Patrimônio Líquido	17.502
Outros	3.443	Outros	1.467
TOTAL	45.129	TOTAL	45.129

A leitura do quadro abaixo indica que proporcionalmente o Patrimônio Líquido se recuperou frente ao Permanente.

TABELA B.8

ESTRUTURA PATRIMONIAL

01 de JULHO de 1982		31 de DEZEMBRO de 1983		31 de DEZEMBRO de 1984		31 de DEZEMBRO de 1985		31 de DEZEMBRO de 1986	
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Circ. 2,3%	Circ. 0,7%	Circ. 1,6%	Circ. 2,5%	Circ. 2,4%	Circ. 0,9%				
						Circ. 6,2%	Circ. 3,2%	Circ. 7,6%	Circ. 3,2%
R.L.P. 9,7%		R.L.P. 21,2%		R.L.P. 41,8%		R.L.P. 38,6%	R.L.P. 22,9%		
	EXIGÍVEL LP 43,9%		EXIGÍVEL L.P. 64,8%		EXIGÍVEL L.P. 77,5%		EXIGÍVEL L.P. 72,85%		EXIGÍVEL LP 58,0%
			PERMANENTE 72,2%	PERMANENTE 55,8%		PERMANENTE 55,2%		PERMANENTE 69,5%	
PERMANENTE 88,0%		Perm. s/Part. 70,6%	Perm. s/Part. 49,8%	Perm. s/Part. 49,8%		Perm. s/Part. Res. Resv. 49,3%	Perm. s/Part. Res. Resv. 62,5%		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO 34,6%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 21,6%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 21,6%		PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24%		PATRIMÔNIO LÍQUIDO 38,8%
		PL s/Res. Resv. 28,1%	PL s/Res. Resv. 15,6%	PL s/Res. Resv. 15,6%		PL s/Res. Resv. 18,7%	PL s/Res. Resv. 18,7%		PL s/Res. Resv. 32,2%
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 55,4%								

Visando melhorar sua estrutura patrimonial, a BNDESPAR elaborou um plano de desinvestimento. Neste contexto, em 1986, foram vendidas, entre outras, ações da CALOI, KEPLER, WEBER, CORREA RIBEIRO, MANGELS, GRADIENTE.

Atualmente, a subsidiária tem elevada participação nas empresas constantes da tabela a seguir.

TABELA B.9

	S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL VOTANTE
ARACRUZ	40,89	30,96
CARAÍBA	100,00	100,00 ^o
CBC	99,98	99,98
CCB	51,85	96,44
Cia. Guataparã de Celulose e Papel	51,34	65,95
COSINOR	49,74	65,49
COPEL	32,86	30,72
Kauri Sigma S.A. Tintas e Resinas	-	65,49
Máquinas Piratininga	97,43	97,40
Máquinas Piratininga do Nordeste	99,81	79,77
PETROBRÁS	-	10,93
Pisa - Papel de Imprensa	32,28	65,31
Sibra Eletrosiderúrgica Bras.	49,00	40,90
Siderúrgica N. Senhora Aparecida	38,40	55,09
VIBASA	12,82	59,97

Sob o enfoque específico da BNDESPAR, em termos de saldo no final de dezembro, seus maiores investimentos recaíram nas seguintes empresas constantes da tabela a seguir.

	Cz\$ milhões	% s/TOTAL
<u>Controladas</u>	<u>4.717</u>	<u>15,0</u>
Caraíba Metais.....	3.799	12,1
Celpag.....	542	1,7
Máquinas Piratininga.....	150	0,5
Máquinas Piratininga do Nordeste.....	124	0,4
Sibra.....	102	0,3
<u>Coligadas</u>	<u>24.198</u>	<u>77,3</u>
Petrobrás.....	9.745	31,1
Aracruz Celulose.....	1.867	6,0
Vibasa.....	1.746	5,6
Copesul.....	1.685	5,4
Pisa.....	843	2,7
Riocell.....	764	2,5
Fosfertil.....	638	2,0
Cosinor.....	537	1,7
Norquisa.....	512	1,6
Fisiba.....	439	1,4
Cotene.....	365	1,2
Cobra.....	328	1,0
Outras (inferiores a Cz\$ 300 milhões).....	4.729	15,1
<u>Outras Empresas</u>	<u>2.400</u>	<u>7,7</u>
Banco do Brasil.....	1.347	4,3
Sharp.....	146	0,5
Outras (inferiores a Cz\$ 140 milhões).....	31.315	100,0
TOTAL.....	31.315	100,0

Como fato relevante do 2º semestre de 1986 caberia destacar a transferência de parcela expressiva das participações acionárias do Sistema BNDES, que se encontrava contabilizada no Banco, para a BNDESPAR, em decorrência da criação do FND.

II - Situação Financeira

O fluxo de recursos do Sistema BNDES nos anos de 1983 a 1986 encontram-se na Tabela B.11.

Visando uma melhor compreensão da situação financeira do Sistema, analisar-se-á em separado cada uma das rubricas constantes da tabela.

2.1 ENTRADA DE RECURSOS

a) Geração Interna

Este item, responsável por mais de 50% dos ingressos de recursos, se desdobra em retorno dos financiamentos concedidos - cuja rentabilidade em 1985 foi equivalente a ORTN + 7,9% a.a. e em 1986 OTN + 6,6% a.a. - monetização de títulos - venda de títulos federais (ORTN e LTN) e outros valores mobiliários - ressarcimento de benefício e outros recebimentos.

TABELA B.11

FLUXO DE RECURSOS SINTÉTICO DO SISTEMA BNDES

Cz\$ milhões

	1984	1985	1986	VARIÇÃO %	
	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	85/84	86/85
SALDO INICIAL	62,0	1.313,8	4.136,8		
ENTRADAS	9.342,0	31.700,5	74.303,3	239	134
GERAÇÃO INTERNA	5.039,4	19.229,6	44.948,6	282	134
TRANSFERÊNCIA PIS/PASEP/FPS	477,6	1.955,0	14.930,5	309	664
TRANSFERÊNCIA FINSOCIAL	874,3	1.947,5	829,3	123	(57)
TRANSFERÊNCIAS F.M.M.	1.353,3	3.150,2	7.951,4	133	152
DOTAÇÃO E EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	218,7	351,7	3.991,3	61	103
EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	1.237,2	5.066,5	3.991,3	310	(21)
VARIÇÃO VALORES DE TERCEIROS	141,5	-	936,2	-	-
SAÍDAS	8.090,2	28.877,5	66.628,6	257	131
APLICAÇÕES ORÇAMENTO DE INVEST.	6.445,1	20.443,9	48.774,5	217	139
COM RECURSOS ORDINÁRIOS	4.289,2	15.591,7	42.630,6	264	173
COM RECURSOS VINCULADOS	2.155,9	4.852,2	6.143,9	125	27
SERVIÇOS DA DÍVIDA	1.470,4	7.629,2	15.480,1	419	103
NO PAÍS	120,0	277,1	1.826,6	131	560
NO EXTERIOR	1.350,4	7.352,1	13.653,5	444	86
DISPÊNDIOS DIVERSOS	174,7	797,0	2.348,1	356	195
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	86,9	423,2	1.602,2	387	279
RECOLHIMENTOS PASEP/FINSOCIAL	86,1	345,6	745,9	301	116
OUTROS	1,7	28,2	-	1.559	-
VARIÇÃO VALORES DE TERCEIROS	-	7,4	-	-	-
SALDO FINAL	1.313,8	4.136,8	11.811,5		

O retorno dos financiamentos concedidos compreende amortização do principal e juros pagos dos empréstimos realizados com recursos próprios do Banco e do Fundo PIS/PASEP. Este retorno equivale, em termos anuais, a um montante superior a 250 milhões de OTN.

O ressarcimento de benefícios refere-se aos financiamentos concedidos basicamente no âmbito do Decreto-lei nº 1.452/76, em que o mutuário tinha sua dívida corrigida monetariamente até o limite de 20% a.a.

O excesso de correção monetária observado além deste limite tornou-se, por força do decreto, uma obrigação da União Federal para com o Banco e, desde 1977, parcelas desta obrigação constam no Orçamento da União e vêm sendo transferidas ao Banco. Par 1987, está previsto, a este título, no Orçamento da União a transferência para o BNDES de Cz\$ 3.000 milhões.

Os outros recebimentos dizem respeito basicamente às comissões recebidas pelo Banco pela administração do Fundo PIS-PASEP e Fundo da Marinha Mercante.

b) Transferência PIS-PASEP-FPS

Mensalmente, a CEF e o BB transferem as contribuições do PIS e do PASEP para o BNDES. Uma descrição detalhada sobre o funcionamento do PIS-PASEP e FPS encontra-se no Capítulo V, na parte referente a Fundos e Programas. Como podemos notar na tabela B.11, as transferências relativas a 1984 sofreram uma redução real, função de uma conjuntura econômica naquela época desfavorável, aliada a um elevado volume de saques naquele ano, especialmente devido a "auxílio casamento".

Cabe ressaltar que para estes Programas o término de seu exercício financeiro ocorre a cada 30 de junho e no seu último exercício - posição 31.12.86 - o saldo das aplicações PIS-PASEP realizadas pelo BNDES, alcançaram Cz\$ 191,5 milhões. Deste total, cerca de 30% foram alocados em operações de Insumos Básicos e 26% em Equipamentos (sendo quase a totalidade repassada à FINAME).

A rentabilidade dessas operações (exclusive FPS) foi, no exercício 85/86, equivalente à OTN acrescida de juros de 6,60% a.a.. Nos exercícios - 83/84, 84/85, 85/86 e 86/87 (estimativa a rentabilidade desses recursos alcançou acima da ORTN/OTN + 6,50, + 5,34 + 6,60 e + 6,13 (estimativa), respectivamente.

Destacam-se como os maiores mutuários dos financiamentos concedidos pelo PIS/PASEP (posição 31.12.86), as seguintes empresas: FINAME, BNDESPAR, CARAÍBA, CVRD, COSIPA, AÇOMINAS, RFFSA, CSN, USIMINAS e BRDE.

c) Transferências FINSOCIAL

Este Fundo, até o momento, não foi objeto de regulamentação específica que estabelecesse quais os procedimentos referentes à gestão e à transferência de seus recursos e sua aplicação, pelo BNDES.

Em 1984, o FINSOCIAL passou a ser operacionalizado através de destaques na Lei de Orçamento da União, tendo sido, em 1985, 80% dos seus desembolsos alocados diretamente aos Ministérios, não transitando, portanto, pelo BNDES. Para 1987, os destaques aos Ministérios da Área social montam a mais de 90% da previsão da arrecadação.

d) Transferências FMM - FUNDO DA MARINHA
MERCANTE

Corresponde aos ingressos decorrentes do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante) e ao retorno de operações do Fundo.

O BNDES, quando incumbido de aplicar os recursos do FMM, acordou que as dívidas decorrentes da gestão do Fundo pela SUNAMAM seriam de responsabilidade da União Federal.

e) Dotação e Empréstimos no País

Diz respeito à dotação orçamentária e a empréstimos contratados no País, já comentados no item I.1 deste Anexo (Situação Econômica).

f) Empréstimos Externos

Desde a década passada, o Sistema BNDES vem-se utilizando da captação externa para compor suas fontes de recursos.

Contudo, devido à conjuntura internacional adversa, desde 1981, a captação líquida desses recursos tem sido negativa. A captação em moeda estrangeira nos anos de 1985 e 1984 foi cerca de US\$ 550 milhões e US\$ 370 milhões, respectivamente.

Cabe ressaltar a progressiva mudança observada nos últimos anos nas fontes de recursos externos para o Banco. Desde 1981, vem aumentando percentualmente a captação de recursos junto a organismos internacionais de crédito; este fato decorre do estreitamento das fontes do mercado privado internacional. Atualmente mais de 35% dos recursos em moeda estrangeira captados pelo Banco provêm de linhas de crédito abertas pelo BID, BIRD e EXIMBANK.

2.2 SAÍDA DE RECURSOS

a) Aplicações Orçamento de Investimento

Em termos de aplicações do BNDES, excluindo-se as subsidiárias, as maiores aplicações do BNDES com recursos ordinários nos últimos anos contemplaram os seguintes mutuários: SIDERBRÁS, CVRD, CARAÍBA, ITAIPU, USIMEC, FEPASA, RFFSA, METRO-SP e CESP.

Ao se avaliar a natureza dos mutuários do Sistema BNDES quanto ao seu controle, se estatal ou privada, verifica-se nos últimos anos uma redução gradativa no apoio do Sistema, em termos de recursos ordinários, ao segmento estatal da economia.

Tal fato decorre da conjugação de três fatores:

- i) A ênfase dada pelo Sistema ao setor privado;
- ii) Aumento gradual da inadimplência do setor estatal;

iii) Contingenciamento do endividamento do setor público (Res. 831 e 991 do Banco Central).

O percentual do total das aplicações destinado ao setor estatal da economia pelo Sistema BNDES foi: em 1979, de 46%; em 1980, de 52%; em 1981, de 61%; em 1982, de 64%; em 1983, de 57%; em 1984, de 55%; em 1985, de 49% e em 1986, de 34%.

Para 1987, além da manutenção do apoio aos principais mutuários - nomeados acima estão previstas aplicações expressivas no seguimento industrial.

Quanto às aplicações com recursos vinculados, a sua descrição encontra-se no Anexo D deste trabalho, na parte referente a Fundos e Programas. Naquele Anexo descreve-se as aplicações do FINSOCIAL, CONSERVE, PROÁLCOOL e FMM.

III - Situação Orçamentária para 1987 e Execução do Orçamento de Investimentos no período de janeiro/junho de 1987.

A última revisão do orçamento do Sistema BNDES foi aprovada pela Diretoria em reunião de 04.08.87. O Orçamento Global é de Cz\$ 252,9 bilhões, sendo Cz\$ 210,0 bilhões relativos ao Orçamento de Investimentos e Cz\$ 42,9 bilhões aos demais dispêndios. Maiores informações estão no quadro Orçamento Global do Sistema BNDES - 1987 e no conjunto de quadros referentes a execução do Orçamento de Investimentos no período janeiro/junho de 1987, apresentados a seguir.

Orçamento Global do Sistema BNDES 1987

DISCRIMINAÇÃO	Cz\$ bilhões				GRAU DE REALIZ. (B/D) %
	0'2	0'3 (2ª Revisão)		TOTAL	
	(1ª Revisão)	REALIZ. JAH/JUN	A REALIZ. JUL/DEZ		
A	B	C	D		
DISPONÍVEL INICIAL	11,8	11,8	46,8	11,8	
BNDES/PIS/PASEP/FND	2,9	2,9	22,0	2,9	
FMM/FINSOCIAL/Outros	8,9	8,9	24,8	8,9	
RECURSOS ¹⁾	260,8	97,0	193,0	290,0	33
Retorno Financeiro	96,9	29,1	70,2	99,3	29
Monetiz/Rec. de títulos	22,5	18,3	9,8	28,1	65
FND	48,5	10,4	38,1	48,5	21
União (DL 1452/SIDERBRÁS/BIRD-PN)	3,8	0,4	6,1	6,5	6
Emprest. Externos e BIRD	16,0	2,7	6,9	9,6	28
PIS/PASEP	28,4	14,9	18,0	32,9	45
FMM	19,5	17,7	22,7	40,4	44
Retorno Escritural	13,4	5,1	8,7	13,8	37
Outros ¹⁾	11,9	(1,6)	12,5	10,9	...
DISPÊNDIOS	268,0	62,0	190,9	252,9	24
Aplicações	224,8	47,5	162,5	210,0	23
c/Recursos Ordinários ²⁾	169,1	37,9	139,4	177,3	21
c/Recursos Ord. Escriturais	14,4	5,6	9,4	15,0	37
c/Recursos Vinculados	41,4	4,0	13,7	17,7	22
Outros Dispêndios	43,2	14,5	28,4	42,9	34
DISPONÍVEL FINAL	4,6	46,8	48,9	48,9	
BNDES/PIS/PASEP/FND	4,6	22,0	4,9	4,9	
FMM/FINSOCIAL/Outros	-	24,8	44,0	44,0	

1) Inclui desembolsos que não são considerados "Dispêndios" pela SEST, tais como variações em depósitos e pagamentos de "empréstimos-pontes".

2) A Demanda para Aplicações com Recursos Ordinários seria de Cz\$ 209,3 bilhões, ou seja, superior à disponibilidade de recursos em Cz\$ 32,0 bilhões.

ANEXO C

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO
SISTEMA BNDES

I - Evolução da Estrutura Organizacional do Sistema BNDES

1.1 - BNDES

Visando aparelhar e adequar o Banco segundo a nova dimensão que a instituição adquiria, contratou-se, em 1971, a empresa de consultoria Booz-Allen & Hamilton para a elaboração do Projeto de Melhoria de Organização e Gerência do BNDES.

Por sugestão deste projeto, foi aprovado, em março de 1973, a Organização Interna do BNDES com uma estrutura organizacional bastante diferenciada em relação às estruturas anteriores do Banco. A empresa consultora recomendou paralelamente à reformulação organizacional, a elaboração de um novo plano de cargos e salários e uma profunda reforma no regulamento e normas de pessoal, enfatizando a necessidade de um amplo programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento na área de recursos humanos.

No que se refere a este último aspecto, pode-se afirmar que a Instituição, embora venha tentando desenvolver alguns programas de treinamento, não tem ainda colhido resultados plenamente satisfatórios.

Em 1975, foi aprovado um novo Plano de Cargos e Salários e foi criado também o Quadro Fixo de Pessoal - QFP - para os funcionários que ingressaram no Banco a partir de 1974. Nessa época, criou-se uma situação onde coexistiam dentro da Instituição dois quadros distintos, este e o Quadro Permanente de Pessoal - QPP - primeiro quadro de pessoal do BNDES. Recentemente, em 1984, o QFP foi desativado, sendo facultado a seus integrantes a opção pelo enquadramento no QPP.

Cumprе ressaltar que alguns funcionários foram prejudicados nessa operação de enquadramento no QPP e que ainda existem outros grupamentos de funcionários que não são abrangidos por nenhum dos dois quadros de pessoal mencionados.

Tendo em vista que no decorrer destes últimos anos a estrutura organizacional do BNDES sofreu significativas modificações, embora sempre aproveitada a filosofia da estrutura original proposta pela Booz-Allen, tentar-se-á detalhar sua evolução destacando-se apenas as alterações mais relevantes.

A proposta final apresentada pela Booz-Allen e implementada em março de 1973 estruturou a organização do BNDES em cinco Áreas, a saber:

- I. Área de Planejamento: elaborar planos, políticas, orçamentos e programas de ação para o Banco; propor critérios de engajamento e prioridade para a política de investimentos do Banco, avaliar a ação e desempenho do Banco no apoio a regiões, setores e na execução de programas específicos.
- II. Área de Representação: responsável pelas atividades de marketing, relacionamento com outras instituições, mutuários e futuros clientes; esta área também ficou como responsável pelas representações em São Paulo, Brasília, Nordeste e Washington.
- III. Área de Projetos Industriais: proceder à análise, contratação e acompanhamento de operações de colaboração financeira do Banco, qualquer que seja a modalidade operacional, à conta de todos os programas e fundos industriais, inclusive das empresas de que o Banco participe acionariamente.
- IV. Área de Operações Conjuntas: proceder à análise, contratação e acompanhamento qualquer que seja a modalidade operacional, em benefício dos setores de infra-estrutura agropecuária e abastecimento e desenvolvimento científico e tecnológico, como também de todas as operações com agentes financeiros.

- V. Área de Serviços Gerenciais: atribuições pertinentes aos departamentos financeiro, jurídico, administrativo, de pessoal e de material.

Afora estas áreas, a Presidência contava com as seguintes unidades de assessoramento:

- . Gabinete da Presidência;
- . Consultoria Jurídica;
- . Assessoria de Mobilização de Recursos Financeiros;
- . Auditoria Interna;
- . Assessoria de Organização e Gerência.

Embora bastante discutida na época, a filosofia dessa estrutura é a que permanece até hoje, apesar das diversas alterações efetuadas isoladamente para atendimento específico de alguma nova demanda.

Em 1974, o BNDES passou a ser o gestor dos recursos do PIS-PASEP. Tal ingresso praticamente duplicou o Orçamento de Aplicações do Banco. Também nesta época, o Programa de Operações Conjuntas foi reformulado e agilizado. Para atender esta demanda adicional, em 1975 é criada mais uma área, a partir da divisão da Área de Operações Conjuntas:

- . Área de Projetos Especiais: responsável pela análise, contratação e acompanhamento em benefício dos setores de infra-estrutura, agropecuária e indústrias tradicionais; e
- . Área de Projetos com Agentes: responsável pela análise, contratação e acompanhamento de operações e programas, visando aos submutuários finais, através de agentes financeiros, bem como as operações com os Estados para aumento de capital dos bancos de desenvolvimento.

Posteriormente, as três áreas operacionais do Banco - Área de Projetos Industriais, Área de Projetos Especiais e Área

de Projetos com Agentes — alteraram suas denominações para Área de Projetos I, II e III, respectivamente.

Também nesta ocasião foi criada a Consultoria Técnica da Presidência e foram extintas a Assessoria de Mobilização de Recursos Financeiros e a Assessoria de Organização e Gerência.

Em janeiro de 1978, outra importante alteração foi implementada, passando a estrutura do Banco a contar com 8 áreas. Foi criada a Área Jurídica, em substituição à Consultoria Jurídica da Presidência, e a Área de Serviços Gerenciais foi dividida em Área de Administração (Pessoal, Administrativo e Sistemas) e Área de Finanças (Financeiro e Recursos).

Mereceu especial destaque a atuação do BNDES nos programas PROÁLCOOL e no CONSERVE, nos quais o Banco passou a ser agente financeiro em 1980 e 1981, respectivamente. Nessa ocasião, foi criado o Departamento de Energia e Álcool, subordinado à AP-II, acumulando as operações do PROÁLCOOL e dos demais projetos de energia.

Também em 1980, criou-se a nona Área do Banco, qual seja, a Área de Participações, formada pelo recém-criado Departamento de Mercado de Capitais e as 3 subsidiárias — IBRASA, FI BASE e EMBRAMEC. Esta área teve curta duração, sendo extinta em 1982, subordinando-se à Área de Finanças o Departamento de Mercado de Capitais.

Em 1982, o Banco novamente sofre profundas modificações, as quais culminaram com a ampliação das atribuições, com a alteração da sua denominação, que passou a se chamar BNDES, e o retorno da subordinação do Banco à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, após um período de três anos de vinculação ao Ministério da Indústria e do Comércio.

A decisão do Governo Federal de criar o FINSOCIAL e atribuir sua administração ao BNDES resultou na ampliação das responsabilidades do Banco no sentido do apoio à área social, no tadamente aos investimentos em alimentação, saúde, habitação popular, educação e amparo ao pequeno agricultor. Assim, foi criada no Banco, em 1982, uma nova área operacional, a AP-IV, para cuidar das aplicações do FINSOCIAL.

Foi criada, também, a Área de Assuntos Internacionais, para tratar das atividades relacionadas com a captação de recursos externos e dos programas de exportação e substituição de importações. Criou-se, também, a representação em Londres e foi alterada a subordinação da Representação em Washington da Área de Representação para a Área de Assuntos Internacionais.

Ademais, a nova configuração de funções, determinando maior grau de integração com as diversas esferas do Poder Público, suscitou a criação da Área de Assuntos de Governo, em substituição à Representação do Distrito Federal, até então subordinada à Área de Representação.

Neste sentido, o BNDES encerrou o exercício de 1982 com 11 áreas, a saber:

- I. Área de Planejamento
- II. Área de Projetos I
- III. Área de Projetos II
- IV. Área de Projetos III
- V. Área de Projetos IV
- VI. Área de Representação
- VII. Área Jurídica
- VIII. Área de Assuntos de Governo
- IX. Área de Assuntos Internacionais
- X. Área de Finanças
- XI. Área de Administração

Em março de 1983, com a criação do PROEX e PROSIM, foi criado o Departamento de Comércio Exterior, subordinado à Área Internacional.

Também nesta época, a administração do Fundo da Marinha Mercante - FMM foi transferida da SUNAMAM para o BNDES. Objetivando o atendimento desta nova demanda, foi criado o Departamento de Construção Naval - DENAV, subordinado à Área de Projetos IV, e com as mesmas atribuições comuns dos Departamentos de Operações diretas.

Novas modificações foram efetuadas em 1984, destacando-se a fusão da Área de Finanças e da Área de Assuntos Internacionais na Área Financeira e Internacional e a criação da AP-V, subordinando-se a ela a BNDESPAR — resultante da fusão, em 1982, das antigas três subsidiárias: IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE — e o Departamento de Mercado de Capitais, até então vinculado à Área de Finanças.

Posteriormente, o Departamento de Comércio Exterior foi extinto; o Departamento de Sistemas - DESIS foi transferido da Área Administrativa para a Área de Planejamento; o DENAV, da AP-IV para a AP-II e o DEAGR da AP-II para a AP-IV. Foram extintas as Áreas de Representação e de Assuntos do Governo, dando lugar a Área de Relações Institucionais e da AP-V foi extinta também a Superintendência da Área.

Em 1986 a AP-III foi totalmente reestruturada, modificando as atribuições de seus departamentos, conforme detalhamento a seguir.

Finalmente em outubro de 1986 ocorreu a fusão da AUDIT com a COTEC, dando origem a COSIS. Simultaneamente foram criadas mais duas subchefias no Gabinete do Presidente uma para assessoria Pessoal e outra para Secretariar os Órgãos Colegiados do Sistema BNDES. Esta última na realidade foi transformada para Subchefia uma vez que já existia como Assessoria, exercendo as mesmas atividades, porém apenas para o BNDES.

Conforme pode-se notar, a Estrutura Organizacional do BNDES resistiu até o momento, através de ajustes sucessivos na redistribuição das novas tarefas. Hoje, ela está representada

por uma aglutinação de áreas, onde o número de unidades operacionais (5) é idêntico ao das unidades-meios e/ou de apoio (5).

Registra-se, também, que a concepção do modelo organizacional continua baseada no original da BOOZ-ALLEN, o qual foi elaborado no período 71/73 com objetivos bastante distintos dos atuais.

Tendo em vista estas observações, aliadas ao momento político-institucional que o País está ingressando, torna-se evidente a oportunidade de se avaliar a atual estrutura à luz da nova dimensão a ser atribuída ao BNDES.

Imagina-se também que esta proposta deva ser bastante ampla, englobando ainda um reestudo do Plano de Cargos e Salários, e um Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Pessoal, de forma a otimizar os recursos humanos da empresa, e que também permita a solução para diversas questões salariais e de enquadramento de funcionários ao quadro do Banco.

1.2 - FINAME

Instituída em 1966 para gerir o Fundo criado pelo Decreto nº 55.275, de dezembro de 1964 — Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamento Industriais — e transformada em empresa pública em junho de 1971, a FINAME tem por objetivo:

- I. Atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País;
- II. Concorrer para a expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários;
- III. Financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País;
- IV. Financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

Sua estrutura atual é bastante simplificada, sendo composta por duas grandes áreas — Área de Operações e Área de Serviços Gerenciais — e uma Consultoria Jurídica, uma Assessoria de Coordenação e Apoio e uma Assessoria de Planejamento, todas estas unidades subordinadas à Diretoria Executiva.

1.3 - BNDESPAR

Resultante da unificação, em 1982, das subsidiárias FI BASE, EMBRAMEC e IBRASA. Estas três subsidiárias foram criadas em 1974 com a finalidade de fortalecer a captação das empresas privadas nacionais, mediante o aporte de recursos não exigíveis. A princípio, associavam-se diretamente às empresas, através da subscrição de ações ou debêntures conversíveis e/ou prestando garantia firme à subscrição de ações ou debêntures em operação de "underwriting". Em ambos os casos, as subsidiárias participavam em ações preferenciais sem direito a voto.

Por ocasião de sua criação, a organização da BNDESPAR ficou estruturada em sete áreas, a saber:

- I Área Administrativa e Financeira
- II Área de Mercado de Capitais
- III Área de Planejamento
- IV Área de Projetos I
- V Área de Projetos II
- VI Área de Projetos III
- VII Área de Projetos IV

Logo após, a estrutura organizacional da BNDESPAR foi acrescida da Área de Projetos V e da Área Jurídica.

Em setembro de 1984, foram extintas a Área de Projetos V e a Área de Mercado de Capitais, transferindo-se para a Área Administrativa e Financeira as atribuições da administração da carteira de títulos de propriedade da BNDESPAR.

Posteriormente, a denominação de Área Administrativa e Financeira passou a ser apenas Área Financeira e criou-se a Área de Alienação e Participação Societária - AAPS.

Em 24.04.87, a Diretoria da BNDESPAR, ao reformular e aprovar os fundamentos conceituais, a organização geral, a estrutura básica, o modelo de organização e financiamento do Segmento Operacional e demais conceitos complementares referentes à BNDESPAR, distribuiu os negócios da empresa em cinco Divisões Operacionais e cinco outras Divisões de Assessoramento e Serviços, conforme descrito a seguir:

Segmento Operacional

<u>Divisão</u>	<u>Negócios</u>
D.O.1	Química, Petroquímica, Papel e Celulose
D.O.2	Bens de Capital, Eletroeletrônica, Informática e Telcomunic.
D.O.3	Siderurgia, Metalurgia, Mineração e Fertilizantes (minérios)
D.O.4	Têxteis, Bens de Consumo e Serviços
D.O.5	Agroindústria e Alimentos

Segmento de Assessoramento

<u>Divisão</u>	<u>Núcleos de Atividades</u>
Planejamento Empresarial - D.P.E.	Planejamento, Estudos e Relações com o Mercado
Desenvolvimento Empresarial - D.D.E.	Desenvolvimento de Recursos Humanos, Empresarial e Informatização
Consultoria Jurídica - D.C.J.	Pareceres e do Contencioso, Assessoramento e Normatização e de Apoio às Divisões Operacionais

Segmento de Serviços

<u>Divisão</u>	<u>Atribuições</u>
Controle e Finanças - D.C.F.	Controle da Carteira, Execução Financeira e Contabilidade
Serviços Administrativos - D.S.A.	Administração de Pessoal e Serviços Gerais

II - Organograma do Banco e das Subsidiárias

A seguir, encontram-se os organogramas atuais do BNDES, da FINAME e da BNDESPAR, bem como a relação dos membros da Alta Administração do Banco e das Subsidiárias do Sistema BNDES.

-BNDES-
AP/DEORC

QUADRO 1
SISTEMA BNDES - INDICADORES DOS DESEMBOLSOS - RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS
CZ\$ MIL

PERIODO	RECURSOS ORDINARIOS		RECURSOS VINCULADOS		T O T A L	
	VALOR	VAR.REAL	VALOR	VAR.REAL	VALOR	VAR.REAL
1980	162.758	-	12.709	-	175.467	-
1981	259.297	(8)	33.371	48	292.668	(4)
1982	601.898	18	178.298	130	780.196	29
1983	1.508.909	10	728.085	88	2.236.994	26
1984	4.289.187	(7)	2.155.961	10	6.445.148	(2)
1985	15.591.738	10	4.852.186	(32)	20.443.924	(4)
1986	42.830.603	22	8.143.915	(44)	48.774.518	6
1987						
JAN	2.587.522	-	1.003.986	8	3.591.508	2
JAN/FEV	6.355.252	8	1.275.697	(22)	7.630.949	-
JAN/MAR	12.377.042	37	1.602.152	(31)	13.979.194	22
JAN/ABR	20.381.723	58	1.888.879	(38)	22.248.602	37
JAN/MAI	28.842.077	54	2.913.145	(30)	31.755.222	37
JAN/JUN	37.931.265 ✓	50	3.953.824 ✓	(23)	41.885.089 ✓	37

NUINF--

OBS: EXCLUI, EM 1986, AS OPERACOES ESCRITURAS DA CARAIBA (CZ\$ 12.464.779 MIL) E USIMEC (CZ\$ 736.040 MIL) E EM 1987 USIMEC (CZ\$ 154.243 MIL), METRO (CZ\$ 5.141.818) E MULTIFABRIL (CZ\$ 290.003).

-BNDES-
AP/DEORC

QUADRO 3
SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS POR OBJETIVO - RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS
JAN/JUN - CZ\$ MIL

DISCRIMINACAO	RECURSOS ORDINARIOS			RECURSOS VINCULADOS		
	1986	1987	IVAR.REAL	1986	1987	IVAR.REAL
INVESTIMENTO FIXO/MISTO	10.143.394	33.837.996	81	1.719.714	3.328.528	(7)
IMPLANT., AMPL.E ADEQ.CAPAC.EMPEND.	4.641.696	20.817.666	113	1.675.035	3.103.149	(9)
DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO	6	488.357	*****	-	211.762	-
SUBST. DE FONTES ENERGETICAS	6.033	2.899	(88)	44.679	13.617	(83)
APROVEITAMENTO RECURSOS NATURAIS	30.253	127.000	84	-	-	-
COMERC. EQUIPAMENTOS NACIONAIS	9.485.408	12.402.074	13	-	-	-
SANEAMENTO E FORTALECIMENTO FINANCEIRO	1.596.908	2.857.551	(18)	304.279	362.041	(23)
OUTROS (INCLUINDO ORDENACAO DE SETORES E FINSOCIAL)	439.870	1.235.718	46	545.624	263.255	(75)
T O T A L 1	12.180.170	37.931.265	50	2.569.617	3.953.824	(23)
OPERACOES ESCRITURAIIS	738.040	5.585.864	204	-	-	-
T O T A L 2	12.918.210	43.517.129	58	2.569.617	3.953.824	(23)

NUINF-

-BNDES-
AP/DEORC

QUADRO 4
SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS POR NATUREZA DA EMPRESA
JAN/JUN - CZ\$ MIL

DISCRIMINACAO	REALIZADO						IVAR.REAL
	1986	%	%	1987	%	%	
RECURSOS ORDINARIOS	12.180.170	83	100	37.931.265	91	100	50
SETOR PUBLICO	5.131.385	35	42	13.803.759	33	38	28
SETOR PRIVADO	7.048.805	48	58	24.127.508	58	64	67
RECURSOS VINCULADOS	2.569.617	17	100	3.953.824	9	100	(23)
SETOR PUBLICO	2.051.444	14	80	2.967.348	7	75	(28)
SETOR PRIVADO	518.173	4	20	986.478	2	25	(3)
T O T A L 1	14.749.787	100	-	41.885.089	100	-	37
OPERACOES ESCRITURAIIS	738.040	5	-	5.585.864	13	-	204
T O T A L 2	15.485.827	105	-	47.470.953	113	-	45

NUINF-

-BNDES-
AP/DEORC

QUADRO 5
SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS POR SETOR - RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS
JAN/JUN - CZ1 MIL

DISCRIMINACAO	RECURSOS ORDINARIOS			RECURSOS VINCULADOS		
	1986	1987	IVAR. REAL	1986	1987	IVAR. REAL
INDUSTRIA	5.526.830	17.957.442	59	307.283	840.898	9
INSUMOS BASICOS	2.982.173	7.995.341	32	298.185	818.518	8
MINERACAO	902.371	2.379.888	32	1.811	-	-
SIDERURGIA	852.843	2.280.184	74	82.075	254.477	70
METALURGIA DE ACO FERROSOS	248.253	392.807	14	-	-	-
QUIMICA E PETROQUIMICA	541.488	1.813.312	68	45	-	-
CELULOSE E PAPEL	819.853	1.054.288	23	230.389	382.041	4
CIMENTO	15.787	88.895	108	4.046	-	-
OUTROS	-	8.231	-	-	-	-
BENS DE CAPITAL E COMPONENTES	757.008	3.714.515	142	2.745	18.100	240
MECANICO	323.877	1.422.909	117	-	-	-
ELETRONICO-ELETRONICO	187.528	1.478.438	333	-	-	-
TRANSPORTES	249.978	825.109	28	2.745	2.543	48
OUTROS	18.825	188.081	478	-	13.557	-
BENS DE CONSUMO	733.298	2.577.812	87	8.373	8.078	12
ESSENCIAIS	465.083	1.763.021	85	-	8.078	-
DURAVEIS	268.215	814.591	37	8.373	-	-
CONSTRUCAO CIVIL	878.055	2.345.807	85	-	-	-
MATERIAL	251.118	1.829.895	218	-	-	-
EMPRESAS	428.937	716.912	27	-	-	-
OUTRAS INDUSTRIAS	376.298	1.324.187	82	-	-	-
AGRICULTURA	1.258.128	8.898.899	118	284.845	288.818	54
FERTILIZANTES	50.021	90.717	2	-	-	-
PROD. AGRICOLAS E AGROPECUARIOS	124.913	400.733	59	-	-	-
AGROINDUSTRIAS	789.927	4.187.513	158	7.188	-	-
MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	77.340	525.007	211	-	-	-
INFRA-ESTRUTURA RURAL	208.842	457.997	5	277.479	288.818	52
OUTROS	9.285	37.032	80	-	-	-
ENERGIA	1.088.878	5.318.118	111	27.887	511.818	548
PETROLEO E GAS NATURAL	2.091	38.839	823	-	-	-
CARVAO E ROCHAS OLEIGENAS	1.882	85.828	2.144	1.388	-	-
ELETRICA	950.355	4.980.772	119	-	428.590	-
NUCLEAR	-	-	-	-	-	-
ALCOOL	96.938	139.683	28	28.319	85.228	25
OUTROS	18.812	70.998	138	-	-	-
INFRA-ESTRUTURA	3.425.313	5.782.428	14	1.404.378	2.271.447	17
URBANA	1.848.743	1.823.554	48	23.840	80.018	141
INDUSTRIAL	13.268	31.498	89	-	-	-
COMUNICACAO	71.018	100.928	38	-	-	-
TRANSPORTE E ARMAZENAGEM	1.492.284	3.828.450	28	1.374.892	2.148.479	20
OUTROS	-	-	-	5.848	44.952	314
OUTROS PROGRAMAS ECONOMICOS	901.023	3.178.280	75	244.795	7.471	98
PROGRAMAS SOCIAIS	-	-	-	300.829	255.784	57
TOTAL 1	12.180.170	37.931.285	50	2.589.817	3.953.824	23
OPERACOES ESCRITURAS	738.040	5.585.884	204	-	-	-
TOTAL 2	12.918.210	43.517.129	58	2.589.817	3.953.824	23

-BNDES-
AP/DEORC

QUADRO 8
SISTEMA BNDES - DESEMBOLSOS POR REGIAO GEOGRAFICA - RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS
JAN/JUN - CZ\$ MIL

DISCRIMINACAO	RECURSOS ORDINARIOS			RECURSOS VINCULADOS		
	1988	1987	VAR.REAL	1988	1987	VAR.REAL
NORTE	723.278	3.348.394	128	287.898	428.314	(10)
RONDONIA	97.708	190.589	7	8.758	8.801	(87)
ACRE	24.854	183.845	282	1.878	1.909	(57)
AMAZONAS	84.397	394.871	174	2.515	3.584	(41)
RORAIMA	14.974	40.280	30	8.465	308	(98)
PARA	519.211	2.531.284	138	284.875	415.841	(5)
AMAPA	2.338	5.585	5	1.409	271	(80)
NORDESTE	2.340.794	8.108.573	70	279.458	145.989	(75)
MARANHAO	791.909	2.308.913	43	23.449	2.023	(97)
PIAUI	53.000	321.223	204	30.255	19.088	(68)
CEARA	133.983	587.815	129	10.031	11.183	(40)
R G NORTE	77.994	514.210	231	33.738	12.788	(79)
PARAIBA	60.614	238.189	91	34.702	2.198	(97)
PERNAMBUCO	417.318	990.087	15	46.317	17.450	(80)
ALAGOAS	94.908	657.442	250	8.993	18.337	(20)
F NORONHA	-	-	-	2	-	-
SERGIPE	108.778	223.129	13	38.008	20.827	(78)
BAHIA	802.294	2.267.785	78	55.985	44.097	(83)
SUDESTE	8.281.251	13.758.943	10	1.791.770	2.525.681	(28)
M GERAIS	985.778	3.249.874	68	39.489	281.681	158
ESP SANTO	238.578	423.912	(14)	27.480	11.377	(82)
R JANEIRO	490.020	1.707.321	73	820.463	2.063.458	71
SAO PAULO	4.548.877	8.377.838	(8)	1.104.338	189.187	(90)
SUL	2.407.384	11.494.223	118	105.209	804.959	223
PARANA	1.152.183	8.542.054	154	73.558	342.314	107
S CATARINA	363.658	2.128.385	178	18.185	49.507	65
R G SUL	891.545	2.823.784	48	13.468	413.138	1.130
CENTRO-DESTE	447.463	1.223.132	35	105.484	48.881	(79)
M GROSSO	130.359	304.017	12	89.088	21.382	(88)
M G SUL	179.220	256.718	(28)	5.182	25.526	119
GOIAS	118.671	528.069	128	26.348	1.853	(96)
D FEDERAL	19.213	134.330	211	4.888	120	(98)
TOTAL 1	12.180.170	37.931.285	50	2.589.817	3.953.824	(23)
OPERACOES ESCRITURAS	738.040	5.585.864	204	-	-	-
TOTAL 2	12.918.210	43.517.129	58	2.589.817	3.953.824	(23)

-BNDES-
AP/DEARC

QUADRO 7
SISTEMA BNDES - EVOLUCAO DAS APROVACOES - RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS
JAN/JUN - CZ\$ MIL

DISCRIMINACAO	RECURSOS ORDINARIOS			RECURSOS VINCULADOS		
	1986	1987	IVAR.REAL	1986	1987	IVAR.REAL
SECTOR	15.504.187	44.740.522	42	1.258.722	12.538.492	298
INDUSTRIA	8.959.396	21.535.488	24	38.126	1.344.325	1.633
AGRICULTURA	2.282.114	5.822.175	35	430.550	-	-
ENERGIA	859.603	1.263.617	32	50.264	85.080	34
INFRA-ESTRUTURA	2.150.240	12.600.945	144	839.135	10.712.899	488
OUTROS PROGRAMAS ECONOMICOS	1.252.834	3.470.949	44	-	-	-
PROGRAMAS SOCIAIS	-	47.348	-	100.647	396.188	67
REGIAO GEOGRAFICA	15.504.187	44.740.522	42	1.258.722	12.538.492	298
NORTE	393.008	1.824.107	132	38.512	-	-
NORDESTE	3.664.818	6.643.873	5	117.030	600.526	167
SUDESTE	7.153.057	24.083.573	62	686.448	11.568.204	498
SUL	3.216.730	10.256.526	59	281.958	341.778	42
CENTRO-OESTE	1.078.574	1.932.443	16	134.774	27.984	91
OBJETIVO	15.504.187	44.740.522	42	1.258.722	12.538.492	298
INVESTIMENTO FIXO/HISTO	11.588.138	36.353.731	57	1.158.075	11.632.592	297
IMPLANT., AMPL. E ADEQ. CAPAC. EMPREND.	2.843.920	19.673.686	229	1.158.075	11.445.491	291
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	9.000	868.081	4.353	-	163.843	-
SUBST. DE FONTES ENERGETICAS	146.279	-	-	-	23.258	-
APROVEITAMENTO RECURSOS NATURAIS	38.685	-	-	-	-	-
COMERC. EQUIPAMENTOS NACIONAIS	8.550.254	15.811.964	2	-	-	-
SANEAMENTO E FORTALECIMENTO FINANCEIRO	3.532.877	6.406.063	18	-	475.649	-
OUTROS (INCLUINDO ORDENACAO DE SETORES E FINSOCIAL)	383.372	1.980.728	144	100.647	430.251	84
MODALIDADE OPERACIONAL	15.504.187	44.740.522	42	1.258.722	12.538.492	298
DIRETA	5.156.881	16.789.273	39	1.258.722	12.416.610	293
INDIRETA	10.347.306	27.951.249	43	-	121.882	-
NATUREZA DA EMPRESA	15.504.187	44.740.522	42	1.258.722	12.538.492	298
PRIVADA	11.536.823	29.790.941	35	294.501	2.963.779	245
PUBLICA	3.967.564	14.949.581	61	962.221	9.574.713	316

NUINF

OBS: EXCLUI, EM 1986, A OPERACAO ESCRITURAL DA CARIBBA (CZ\$ 10.899.535 MIL)

-BNDES-
AP/DEORC

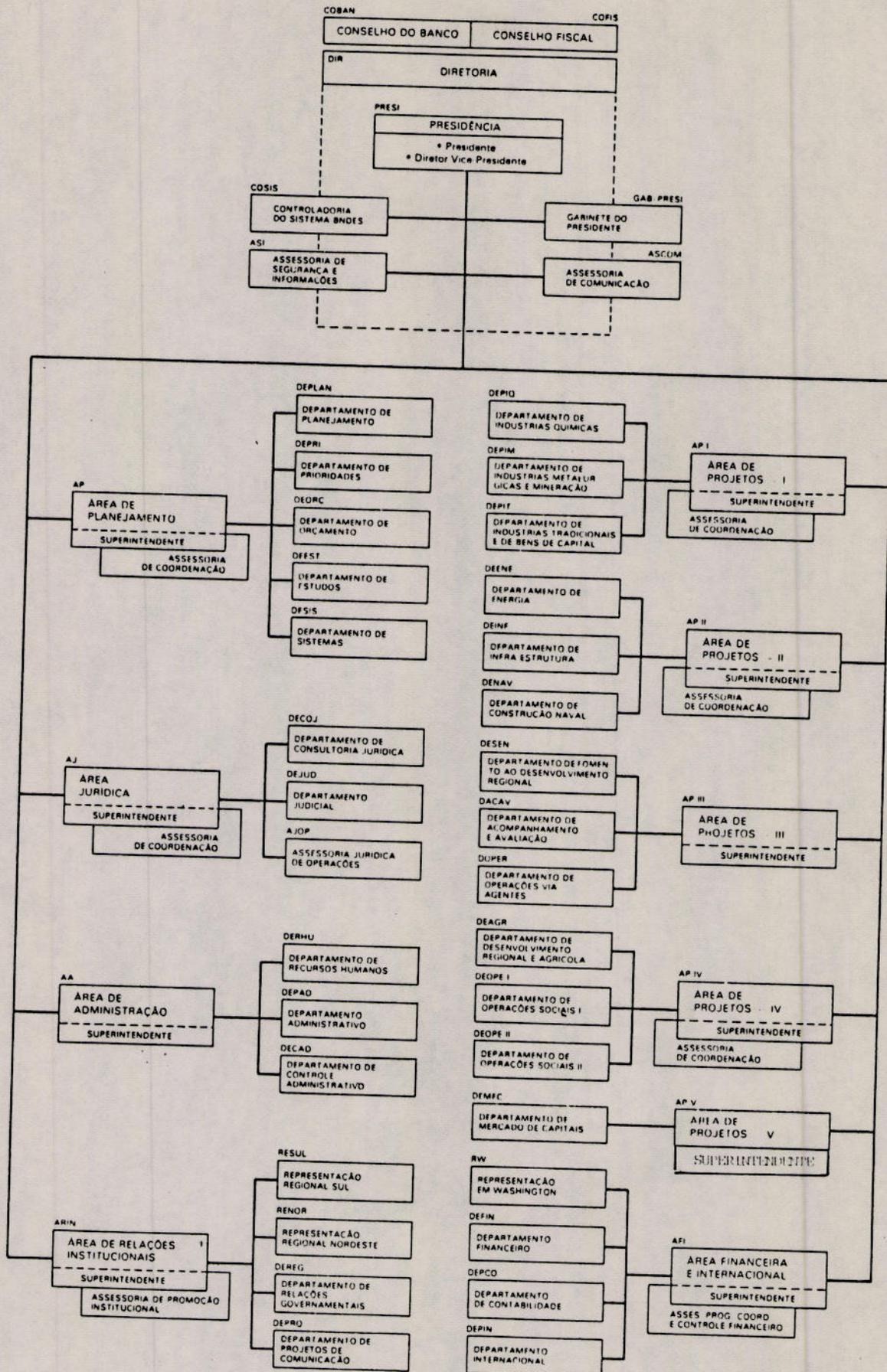
QUADRO 8
SISTEMA BNDES - EVOLUCAO DAS CONSULTAS RECEBIDAS E DAS PRIORIDADES CONCEDIDAS
JAN/JUN - CZ\$ MIL

DISCRIMINACAO	CONSULTAS RECEBIDAS			PRIORIDADES CONCEDIDAS		
	1986	1987	IVAR. REAL	1986	1987	IVAR. REAL
SETOR	32.392.837	131.368.298	99	18.997.148	68.949.860	81
INDUSTRIA	17.784.550	59.978.098	68	9.451.427	39.271.453	110
AGRICULTURA	3.181.744	21.912.239	235	2.445.567	9.548.054	97
ENERGIA	3.178.011	18.476.508	182	1.216.856	4.194.165	54
INFRA-ESTRUTURA	6.752.419	25.811.634	80	4.463.654	12.394.702	30
OUTROS PROGRAMAS SETORIAIS	1.496.113	5.184.813	93	1.419.644	3.541.486	29
REGIAO GEOGRAFICA	32.392.837	131.368.290	99	18.997.148	68.949.860	81
NORTE	860.051	8.832.461	284	461.325	2.604.254	138
NORDESTE	4.403.159	15.694.174	84	3.046.779	9.857.879	58
SUDESTE	21.073.674	69.238.530	63	11.647.078	39.299.641	66
SUL	4.578.959	28.047.914	197	3.269.192	15.667.783	153
CENTRO-OESTE	1.476.994	11.757.211	257	572.774	1.720.303	50
INTER-REGIONAL	-	-	-	-	-	-
OBJETIVO	32.392.837	131.368.290	99	18.997.148	68.949.860	81
INVESTIMENTO FIXO/MISTO	29.658.355	125.344.088	109	17.685.607	65.765.977	87
IMPLANT., AMPL. E ADEQ. CAPAC. EMPREND.	21.139.717	111.133.858	158	9.114.934	51.586.080	175
DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO	16.481	76.989	106	54.312	46.638	55
SUBSI. DE FONTES ENERGETICAS	-	-	-	-	-	-
APROVEITAMENTO RECURSOS NATURAIS	-	-	-	14.203	-	-
COMERC. EQUIPAMENTOS NACIONAIS	8.502.157	14.133.259	111	8.502.158	14.133.259	111
SANEAMENTO E FORTALECIMENTO FINANCEIRO	2.127.928	4.495.154	61	1.150.605	959.734	60
OUTROS (INCLUINDO ORDENACAO DE SETORES)	806.558	1.529.050	14	160.936	2.224.149	434
MODALIDADE OPERACIONAL	32.392.837	131.368.290	99	18.997.148	68.949.860	81
DIRETA	19.535.489	69.595.631	121	8.025.235	38.170.940	122
INDIRETA	12.857.348	41.772.659	87	10.971.913	30.778.920	49
NATUREZA DA EMPRESA	32.392.837	131.368.290	99	18.997.148	68.949.860	81
PRIVADA	22.756.590	62.144.150	48	13.437.379	49.925.940	91
PUBLICA	9.636.247	69.224.140	215	5.559.769	19.023.920	56

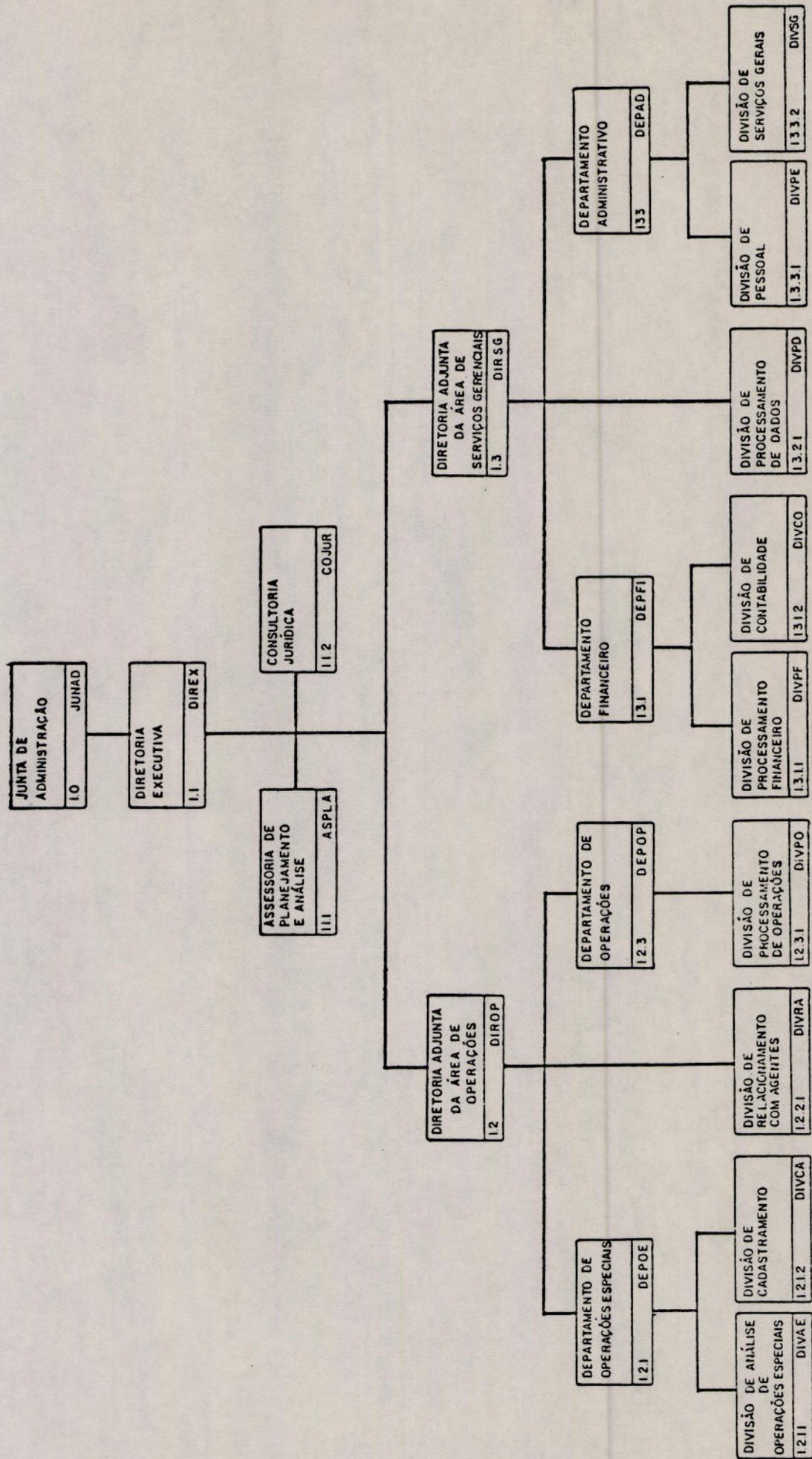
NUINF--

Organograma

dez. 1986



AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME



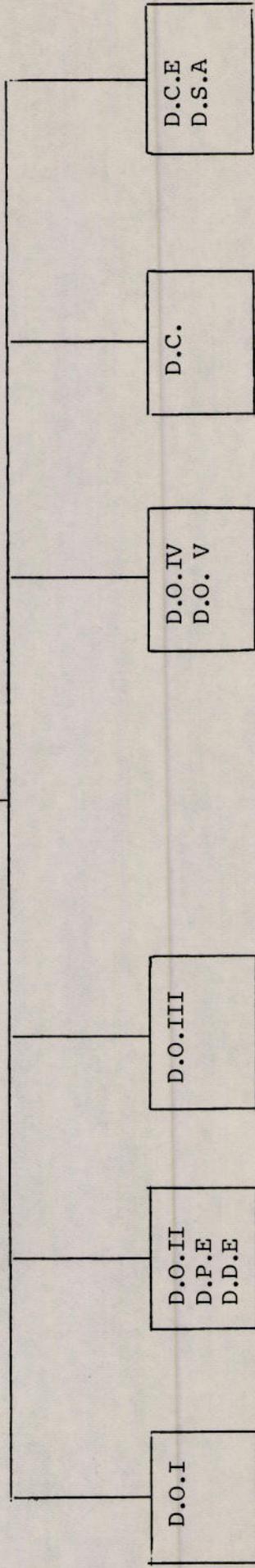
ORGANOGRAMA - PROVISÓRIO

C. BNDESPAR

C. FISCAL

P R E S I D E N T E

V I C E - P R E S I D E N T E



ALTA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA BNDESBANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDESPresidente

Marcio Fortes

Vice-Presidente

André Franco Montoro Filho

Membros do Conselho

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Eduardo Pereira de Carvalho

Eduardo Tapajós

Francisco Vidal Luna

Henri Philippe Reichstul

José Lobo Fernandes Braga Jr.

Luiz Andre Rico Vicente

Raimundo Emerson Machado Bacellar

Edson de Oliveira Nunes

José Dias de Macedo

José do Rego Barros Meira de Araújo

Membros do Conselho FiscalEfetivos

Julio Sérgio Gomes de Almeida

OBS: 2 cargos vagos

Suplentes

Eduardo de Freitas Teixeira

OBS: 2 cargos vagos

Diretores

Rômulo Barreto Almeida - Diretor Executivo da Área de Projetos I

José Augusto Amaral de Souza - Diretor Executivo da Área de Projetos II

Jairo José Isaac - Diretor Executivo da Área de Projetos III

Carlos Francisco T. M. R. de Lessa - Diretor Executivo da Área de Projetos IV

Nildemar Secches - Diretor Executivo da Área de Projetos V

Ronaldo Tostes Mascarenhas - Diretor Executivo da Área Jurídica

Ivandro Moura Cunha Lima - Diretor Executivo da Área de Relações Institucionais

Superintendentes

Marco Antonio Albuquerque - Superintendente da Área de Projetos I

Maria do Rosário Pizzo - Superintendente da Área de Projetos II

Adilson Tostes Drubscky - Superintendente da Área de Projetos III

José Eduardo C. Pereira - Superintendente da Área de Projetos IV

Durval José Soledade Santos - Superintendente da Área de Projetos V

Danilo Fabiano da Costa - Superintendente da Área Jurídica

Darc Antonio da Luz Costa - Superintendente da Área de Relações Institucionais

José Adauto Soares Ferreira - Superintendente da Área de Administração

Júlio Mourão - Superintendente da Área de Planejamento

Sérgio Barcala Baptista - Superintendente da Área Financeira e Internacional

Chefe do Gabinete da Presidência

Durval José Soledade Santos

Chefe da Controladoria do Sistema BNDES

Henrique Dittmar Filho

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

Presidente

Marcio Fortes

Junta de Administração

Aloysio de Andrade Faria

Einar Alberto Kok

Germano de Britto Lyra

Tomás Tomislav Antonin Zinner

Ronaldo Tostes Mascarenhas

Eduardo Tapajós

OBS: 1 cargo vago.

Diretoria Executiva

Irimã da Silveira

Diretoria Adjunta de Operações

Darlan José Dórea Santos

Diretoria Adjunta da Área de Serviços Gerenciais

Attílio Geraldo Vivacqua

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Presidente

Marcio Fortes

Vice-Presidente

Nildemar Secches

Membros do Conselho

Araken de Oliveira

Francisco Roberto André Gros

Ivocy Brochmann Ioschpe

Jorge Wilson Simeira Jacob

Karlos Heinz Rischbieter

Paulo Guilherme Aguiar Cunha

Luiz Bevilacqua

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Renato Villela

Roberto Teixeira da Costa

Sergio Augusto Thorstensen Barbosa de Barcellos

Membros do Conselho Fiscal

Hugo Rocha Braga

José Antonio Carletti

Sérgio Barcala Baptista

Suplentes

Antonio Carlos de Santana

Oscar Möller Jr.

Octacílio Caldeira Jr.

Diretores

Ricardo Soares da Rocha - Diretor Divisão Operacional I

Edgard F. Tinoco de Lacerda - Diretor Divisão Operacional II, Diretor de Planejamento Empresarial e Divisão Desenvolvimento Empresarial

Sérgio Zendron - Diretor Divisão Operacional III

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro - Diretor Divisão Operacional IV e V

Bento Alvino Fonseca de Carvalho - Diretor de Divisão de Controle e Finanças e de Serviços Administrativos

Superintendentes

Peter Dvorsak - AP-I

Antonio Sergio Peixoto Barreto - AP-II (Divisão de Desenvolvimento Empresarial)

Renato da Cruz Gomes - Ap-II (Divisão de Planejamento Empresarial)

Licínio Velasco Jr. - AP-III

Jaime Spilberg - Ap-IV

José Armando Redondo - Consultoria Jurídica

Fernando Lopes Cavalcanti - Controle e Finanças

José Paulo Junqueira Lopes - Serviços Administrativos

III - Representação do Sistema BNDES em Conselhos e Órgãos Colegiados

O BNDES tem assento, dentre outros, nos seguintes órgãos colegiados governamentais:

- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial
- CCT - Conselho Científico e Tecnológico
- CCE - Comissão de Comércio Exterior
- Conselho Diretor do Fundo PIS/PASEP
- Conselho Diretor do FMM
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- CPA - Comissão Política Aduaneira
- SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
- INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Participa, também, de diversos Conselhos de Administração de empresas estatais, dentre os quais cabe citar os de suas subsidiárias e controladas bem como os da SIDERBRÁS, EMBRATEL, BNB.

Tem participação, ainda, em diversos Conselhos de Administração e Fiscais de empresas privadas. A Resolução 609/85, recentemente baixada pelo BNDES, veio disciplinar essa participação.

A Controladoria dispõe de um levantamento dessas representações.

IV - Atribuições das Unidades Administrativas

PRESIDÊNCIA

GABINETE DO PRESIDENTE (GP) - gerenciar e controlar o fluxo de documentos da Presidência para as demais unidades do Banco, coordenar as atividades da unidade de apoio administrativo do Conselho Administrativo e da Presidência do Sis-

tema BNDES, além de promover as medidas necessárias ao afastamento de pessoal para o exterior. Recentemente foram criadas mais 2 subchefias no Gabinete da Presidência, uma de caráter de assessoria pessoal e outra destinada a secretariar os órgãos colegiados do Sistema.

CONTROLADORIA DO SISTEMA BNDES - assistir ao Presidente no exame de matérias destinadas à sua apreciação ou decisão, executando estudos e pesquisas; atuar com a colaboração das demais unidades do Banco, se for o caso, em assuntos de qualquer natureza de interesse do Sistema BNDES; assistir à Presidência na instrução de assuntos constantes das pautas de reuniões, comissões e grupos de trabalho no âmbito do Sistema BNDES, bem como de colegiados externos; executar auditoria nas empresas apoiadas pelo BNDES nas diversas modalidades; coordenar e acompanhar serviços de auditoria externa contratados pelo Sistema BNDES; prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Fiscal; providenciar para que sejam mantidas, no âmbito das diversas empresas do Sistema BNDES, informações gerenciais necessárias à elaboração de seus estudos; providenciar e encaminhar o orçamento administrativo da Presidência, à Área de Administração.

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (ASI) - assessora o Presidente em todos os assuntos referentes a segurança nacional, a mobilização e a informação.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÕES (ASCOM) - acompanha e analisa as informações divulgadas na imprensa, para assessoramento da Administração Superior do Sistema BNDES, objetivando a elaboração de matérias e realização de entrevistas. Atende às solicitações de informações da imprensa e promove contratos e entrevistas de direção e técnicos do Sistema BNDES.

ÁREA DE PLANEJAMENTO (AP)

Elabora propostas de políticas, planos e programas de ação para o Sistema BNDES. Propõe o estabelecimento de critérios de prioridades, conforme política de investimentos do Sistema BNDES.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO (DEPLAN) - coordena a elaboração e procede à revisão periódica dos planos e programas

de ação, anuais e plurianuais, e de propostas de políticas de atuação do Sistema BNDES.

DEPARTAMENTO DE PRIORIDADE (DEPRI) - estuda e relata os pleitos de colaboração financeira apresentados no Banco e instrui os pedidos de prioridades, de acordo com a política de investimentos do Sistema BNDES.

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO (DEORÇ) - coordena a elaboração da proposta plurianual do Orçamento — Programa do BNDES e do Sistema BNDES — consolidando, num documento único, os orçamentos de Recursos, de Investimentos e Administrativos. Elabora proposta do Orçamento de Prioridades do Sistema BNDES.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS (DEEST) - coordena a elaboração de estudos e pesquisas objetivando formular programas e metas relacionadas com o desenvolvimento nacional; fornecer subsídios à análise de projetos; formular planos, programas e projetos regionais e microrregionais.

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS (DESYS) - planeja, desenvolve e supervisiona a implantação, manutenção e operação em computador do Sistema de Informações para o Sistema BNDES. Executa todas as tarefas pertinentes à análise, programação, implantação e operação de sistemas em computador.

ÁREA JURÍDICA (AJ)

Estabelece e coordena a orientação jurídica, de caráter geral ou específico, a ser seguida pelas diversas unidades do Banco. Assessoria a Administração do Banco e a de suas Subsidiárias sob o aspecto jurídico, no estudo e elaboração de programas e modalidades operacionais.

DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA JURÍDICA (DECOJ) - propõe a orientação jurídica a ser seguida pelas diversas unidades do Banco, efetua estudos e emite pareceres jurídicos quanto à interpretação e execução de obrigações decorrentes de operações ativas, acordos, convênios e contratos de natureza administrativa.

DEPARTAMENTO JUDICIAL (DEJUD) - planeja, organiza, coordena e executa os serviços jurídicos relacionados com a atuação judicial ou extrajudicial do Banco, inclusive em instâncias administrativas.

ASSESSORIA JURÍDICA DE OPERAÇÕES (AJOP) - atua nas atividades jurídico-negociais, quando da contratação de operações passivas do Banco. Assiste às Áreas Operacionais na celebração de contratos e outros instrumentos negociais relativos às operações de prestação de garantia do Banco.

ÁREA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (ARIN)

Atua como instrumento de ligação do Sistema BNDES com o Governo Federal e entidades vinculadas; bem como coordena as atividades do Banco, por intermédio das Representações. Formula e implementa projetos de marketing, incluindo promoção e edição para apoio à ação de fomento, promove e organiza a realização de eventos e coordena a participação do Banco em congressos, seminários e stands.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE COMUNICAÇÃO (DEPRO) - planeja e supervisiona as atividades de editoração. Pesquisa, seleciona e prepara material para publicação. Desenvolve relações com empresas e entidades, orientando-as e prestando informações sobre as atividades e programas do Sistema BNDES. Planeja e coordena a promoção de prêmios e concursos objetivando estreitar as relações do Sistema BNDES com o meio acadêmico.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O GOVERNO (DEREG) - colabora com a AFI no acompanhamento, junto às autoridades monetárias, das operações de mobilização de recursos financeiros para o Banco, localizado em Brasília (DF).

ASSESSORIA DE PROMOÇÃO INSTITUCIONAL (ASPRI) - é a assessoria de coordenação da ARIN, que apoia técnica e administrativamente as unidades do Banco localizadas fora do Rio de Janeiro; coordena o sistema de representação e administra a carteira de Entidades às quais o Banco é filiado, além de atender interessados em obter informações sobre o Sistema.

REPRESENTAÇÕES (RENOR, RESUL) - assistem as empresas privadas e entidades governamentais estabelecidas na região, na identificação e utilização de oportunidades de investimento, informando-as sobre as fontes alternativas de financiamento disponíveis para atendimento de suas necessidades.

ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL (AFI)

Elabora propostas para a definição de políticas e diretrizes financeiras e operacionais para a gestão dos recursos próprios do Banco e dos recursos por ele mobilizados. Cuida das relações com entidades internacionais no âmbito financeiro ou não.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE (DEPCO) - planeja, coordena e executa a escrituração contábil do Banco. Elabora as demonstrações financeiras do Banco e as consolidadas do Sistema BNDES, bem como as demonstrações financeiras do Fundo PIS/PASEP, do FPS, do FINSOCIAL e outros fundos ou convênios sob administração do Banco.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DEFIN) - administra as disponibilidades financeiras do Banco, a elaboração e acompanhamento do orçamento de caixa, acompanha e controla a execução financeira dos contratos de financiamento e empréstimos concedidos pelo Banco, bem como de todos os pagamentos e recebimentos do BNDES, administra e controla a carteira de ações do Banco e do FPS, mantém atualizadas as informações cadastrais dos beneficiários da colaboração financeira das instituições que integram o Sistema BNDES.

DEPARTAMENTO INTERNACIONAL (DEPIN) - coordena e executa as tarefas inerentes à mobilização, junto a organismos internacionais, agências governamentais de outros países e instituições financeiras privadas estrangeiras, de recursos financeiros externos necessários as operações do Banco, analisando, repassando, contratando e controlando, com a assistência da AJ, as operações de crédito externo.

REPRESENTAÇÃO NO EXTERIOR (RW) - acompanha a evolução e as tendências dos mercados financeiros internacionais. Acompanha as operações externas de que o Banco participa. Promove a divulgação do Banco junto a instituições financeiras privadas, organismos internacionais, agências governamentais estrangeiras e investidores em potencial, visan

do carrear recursos externos para o Sistema BNDES.

ÁREA DE PROJETOS I (AP-I)

Proceder à análise, contratação, execução e ao acompanhamento de operações de colaboração financeira do Banco, após a concessão de prioridade específica do projeto. Cada departamento operacional é responsável por um grupo de setores conforme discriminação a seguir.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS (DEPIQ) - atua nos projetos que beneficiem os setores de indústrias químicas, petroquímicas, de fertilizantes, de papel e celulose e cimento.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E MINERAÇÃO (DEPIM) - atua nos projetos que beneficiem os setores de mineração, metalurgia de não-ferrosos e siderurgia.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIAS TRADICIONAIS E DE BENS DE CAPITAL (DEPIT) - atua nos projetos que beneficiem os setores de indústrias de bens de capital, bens de consumo e tradicionais.

ÁREA DE PROJETOS II (AP-II)

Proceder à análise, contratação, execução e ao acompanhamento de operações de colaboração financeira do Banco, após a concessão de prioridade específica do projeto. Cada departamento operacional é responsável por um grupo de setores conforme discriminação a seguir.

DEPARTAMENTO DE ENERGIA (DEENE) - atua nos projetos que beneficiem os setores de energia, carvão, álcool e reflorestamento.

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA (DEINF) - atua nos projetos que beneficiem os setores de infra-estrutura básica

(transportes, silos e armazenagem, portos e telecomunicações) e infra-estrutura urbana, inclusive distritos industriais.

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO NAVAL (DENAVAL) - atua nos projetos que beneficiem o setor de construção naval.

ÁREA DE PROJETOS III (AP-III)

Aplica recursos por intermédio de repasses a Agentes Financeiros. Acompanha o desempenho dos Agentes Financeiros, buscando o seu fortalecimento institucional e contribuindo para a integração das prioridades de ação do BNDES, a nível nacional, com aquelas definidas pelos seus Agentes para sua atuação específica.

DEPARTAMENTO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DESEN) - acompanha a evolução das economias estaduais e regionais, no sentido de apoio às iniciativas locais identificadas como prioritárias. Providencia a implementação de novas modalidades operacionais pertinentes à área, desenvolvendo o processo de planejamento junto aos Agentes Financeiros e interage com a ABDE, CEBRAE e demais instituições afins.

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (DACAVAL) - estabelece padrões operacionais a serem seguidos pelos agentes e acompanha o seu cumprimento. Administra o sistema de informações estatísticas e avalia o resultado dos programas financiados pela área.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES VIA AGENTES (DOPER) - analisa as operações de repasse do BNDES e Agentes e/ou Consórcios de Agentes, administrando as liberações. Executa os serviços necessários à manutenção do Sistema de Informações Estatísticas da Área, fornecendo as informações necessárias à Área de Planejamento.

ÁREA DE PROJETOS IV (AP-IV)

Proceder à análise, contratação, execução e ao acompanhamento de operações de colaboração financeira do Banco, após a concessão de prioridade específica do projeto. Cada departamento operacional é responsável por um grupo de setores conforme discriminação a seguir.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES SOCIAIS I (DEOPE I) - atua nos projetos de Apoio ao Pequeno Produtor, Habitação e Abastecimento.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES SOCIAIS II (DEOPE II) - atua nos projetos de apoio à saúde, ao saneamento simplificado, lixo, fábrica de argamassa, atendimento à infância de baixa renda, projetos integrados de equipamentos sociais urbanos, e informatização da rede de serviços sociais.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRÍCOLA (DEAGR) - atua nos projetos que beneficiem o setor agrícola, compreendendo estradas vicinais, irrigação, armazenagem e silos, e eletrificação rural.

ÁREA DE PROJETOS V (AP-V)

Coordena o orienta as atividades da BNDESPAR, bem como do Departamento de Mercado de Capitais.

Colabora com a política de fomento e desenvolvimento do mercado de capitais no país e a realização de operações pertinentes.

DEPARTAMENTO DE MERCADO DE CAPITALIS (DEMEC) - executa e controla as operações de colocação de títulos de emissão do BNDES nos mercados financeiros e de capitais. Realiza as operações de subscrição de ações e debêntures garantidas ou afiançadas pelo Banco.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO (AA)

Planeja, executa e controla as atividades de desenvolvimento e administração de recursos humanos; de administração de material, bens móveis e imóveis; de documentação, serviços gráficos e reprodução de documentos; de implantação dos sistemas e métodos a serem utilizados pelo Banco; elabora a proposta do Orçamento Administrativo do Banco.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DERHU) - cuida das atividades ligadas a administração dos recursos humanos do Banco, tais como desenvolvimento, recrutamento, registro, documentação, pagamento, políticas e procedimentos e as relativas a administração de cargos e salários.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DEPAD) - planeja, desenvolve e administra a política de material de consumo e permanente. Opera os serviços de telecomunicações e transportes. Coordena e supervisiona as atividades de Comunicação e Arquivo, nelas compreendidos os serviços de protocolo, arquivos, microfilmagem e de reprodução gráfica e eletrostática. Coordena e controla os serviços de copa e restaurante.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (DECAD) - supervisiona as medidas de caráter administrativo relativas aos ativos transitórios do Banco até a sua venda. Elaborar as propostas do Orçamento Administrativo do Banco e de suas revisões. Realiza estudos de racionalização de procedimentos e métodos de trabalho do Banco.

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO (ASCOR) - Excetuando-se as Áreas de Administração, de Relações Institucionais e de Projetos III e Área de Projetos V, as demais possuem uma Assessoria de Coordenação. Sem prejuízo de tarefas peculiares afetas a cada ASCOR, todas elas desempenham as seguintes atribuições comuns: coordenam a elaboração e a execução dos planos de trabalho das unidades da Área. Zelam

pela observância, na Área, das políticas regulamentares e normas do Banco e das instruções do Diretor ou Superintendente. Definem, planejam, organizam e acompanham os serviços de apoio administrativo da Área. Providenciam para que o Orçamento Administrativo da Área seja preparado e submetido à apreciação do Diretor ou Superintendente da Área, acompanhando sua execução.

SUBSIDIÁRIAS

FINAME

Destina-se a fomentar o setor privado produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País que apresentem relevantes índices de nacionalização.

BNDESPAR

Atua no apoio à capitalização da empresa nacional, através, principalmente, de participações societárias.

_____.

Finalmente, cabe mencionar a existência de entidades independentes, mas estreitamente relacionadas com o Sistema BNDES.

ASSOCIAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA BNDES

A AFBNDE - Associação dos Funcionários do BNDE foi fundada em 14.05.54 com a finalidade de assistir, representar e congrega os funcionários do BNDES, proporcionando atividades sociais, culturais e esportivas. É, portanto, o Órgão de Representação dos Funcionários do BNDES.

Recentemente foi criada a AF BNDESPAR com a mesma finalidade, para os funcionários daquela subsidiária. Os funcionários da FINAME também tem a sua associação, a AF FINAME.

FAPES - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES

Criada em 03.12.74, é pessoa jurídica de direito privado, com fins assistenciais, previdenciários e não-lucrativos. Trata-se do Fundo de Pensão do BNDES. Além de suas atividades precípuas administra o Fundo de Assistência Médica e Social do BNDES - FAMS, que conta com recursos específicos alocados pelo Banco.

ANEXO DPRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS, EMPRESAS CONTROLADAS
E COLIGADAS E PROCEDIMENTO OPERACIONALI - PRINCIPAIS PROGRAMAS DO SISTEMA BNDES1.1 - B N D E S1. FINSOCIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL

Na área social, destaca-se o FINSOCIAL, criado em maio de 1982, objetivando ampliar a ação social do Governo através do financiamento a programas e projetos voltados para o apoio ao pequeno produtor rural e para a assistência às populações de baixa renda nas áreas de alimentação, saúde, educação e habitação. Com este objetivo, o Decreto-Lei 1940/82 estabeleceu que as empresas públicas e privadas contribuíssem para o FINSOCIAL com 0,5% de seu faturamento e que estes recursos fossem geridos pelo BNDES, a partir das prioridades fixadas pelo Presidente da República.

A escolha do BNDES para a função de gestor do Fundo justifica-se pelos seguintes fatores:

- a) a proposta de assegurar que o apoio financeiro do FINSOCIAL representasse um plus às dotações federais para a área social;
- b) o interesse de que a aplicação dos recursos do Fundo não se pautasse pelas tradicionais normas orçamentárias e financeiras da administração direta — alocação de verbas — mas sim pelos padrões técnicos próprios de uma instituição financeira de fomento — a apreciação e o acompanhamento do projeto específico; e
- c) a possibilidade de se produzir a implementação de ações integradas de desenvolvimento social e econômico.

Mecanismo de Transferência do FINSOCIAL

Inicialmente instituído como Fundo Contábil de natureza extra-orçamentária pelo Decreto-Lei nº 1940, de 25.02.82, alimentando com recursos provenientes da introdução de nova figura tributária, a Contribuição Social (0,5% sobre a Receita Bruta das empresas mercantis e, no caso das empresas prestadoras de serviço, adicional de 5% sobre o I.R. devido) foi posteriormente incluída no Orçamento da União através do Decreto nº 89.265, de 29.12.83, que estabeleceu normas de execução orçamentária e definiu a programação financeira para o exercício de 1984, e do Decreto nº 90.752, de 26.12.84, que estendeu os mesmos procedimentos para 1985. Pelo Decreto nº 91.236, de 08.05.85, os órgãos arrecadadores - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - transferem o produto das arrecadações da Contribuição Social para o Tesouro, que providencia a transferência ao BNDES e aos Ministérios, quando se tratar de consignação específica, trinta dias após o ingresso dos recursos na conta do Tesouro Nacional.

Os saldos da carteira somavam Cz\$ 1.049,3 milhões, em 31.12.86, sendo Cz\$ 841,4 milhões relativos à habitação popular e Cz\$ 177,1 milhões restantes referiam-se a rendas provisionadas.

Até o final de 1986, havia sido aplicado a fundo perdido a importância de Cz\$ 3.532,7 milhões.

O total de recursos transferidos ao Banco para aplicações à conta do FINSOCIAL era de Cz\$ 4.122,2 milhões, aos quais se somariam as receitas de financiamento obtidos no BNDES, no montante de Cz\$ 1.029,5 milhões.

Não há renumeração explícita para o Banco pelas aplicações dos recursos do FINSOCIAL, nem se renumeram as disponibilidades do Fundo.

2. PROÁLCOOL - PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL

A partir de 1973, com o início da crise do petróleo, o governo preocupou-se com o estabelecimento de uma política de desenvolvimento de fontes alternativas de energia ao lado da implementação da exploração e produção de insumos energéticos convencionais.

Em sua fase inicial, o PROÁLCOOL teve como meta a produção de 3 bilhões de litros de álcool em 1980, visando à substituição de parte da gasolina consumida no país, através da adição de álcool anidro àquele combustível até o limite técnico de 20%.

Em seguida, o PROÁLCOOL teve como meta, para o final de 1985 a produção de 10,7 bilhões de litros (meta equivalente em termos energéticos à produção brasileira de petróleo em 1980).

O PROÁLCOOL compreende um vasto elenco de atividades integradas nas áreas de produção de matérias-primas agrícolas, produção, distribuição e utilização do álcool e pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Os projetos no âmbito do Programa seguem a seguinte sistemática:

1. Encaminhamento ao CENAL, onde são avaliados, com base em parecer solicitado ao IAA, parâmetros tais como localização, disponibilidade de matérias-primas, recursos hídricos, tecnologia, capacidade instalada;
2. Após o enquadramento, o CENAL envia o projeto ao agente financeiro, para sua análise econômica, financeira e jurídica. Em caso de aprovação, o agente contrata a operação e os recursos são repassados do BACEN para o agente. As liberações são feitas de acordo com cronograma estabelecido e após comprovadas as despesas da liberação anterior.

Embora não tenha sido desativada, a aplicação do PROÁLCOOL pelo BNDES não vem sendo operada ultimamente. Nas opera-

ções realizadas, o BNDES atuou diretamente ou em consórcio com os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento. Sua carteira compõe-se de 153 operações contratadas, sendo 77 industriais, 75 rurais e a referente a 1ª fase do Programa de Tancagem.

O quadro a seguir relaciona as aplicações do Banco através do PROÁLCOOL, cujos recursos mais recentes foram provenientes do Banco Mundial (90%) e do Tesouro Nacional (10%).

QUADRO D.1

PROÁLCOOL - DESEMBOLSOS EFETUADOS PELO BNDES

ANO	Em Cz\$ milhões correntes		
	INDUSTRIAL	RURAL	TOTAL
1980	2,8	0,8	3,6
1981	12,6	5,8	18,4
1982	24,7	3,7	28,4
1983	37,4	2,4	39,8
1984	76,7	-	76,7
1985	199,1	-	199,1
1986	81,9	-	81,9
T O T A L	435,2	12,7	477,9

3. PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROEN

Em 1981, foi criado o CONSERVE - Programa de Conservação de Energia, no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, tendo o BNDES como seu agente financeiro. Este programa destinou-se à conservação e substituição de derivados de petróleo utilizados pelo setor industrial por outras fontes energéticas.

Os segmentos mais beneficiados pelo Programa foram o setor cimenteiro e o de papel e celulose, que apresentaram uma redução no consumo de óleo combustível nos últimos anos de 76,7% e 49,4%, respectivamente.

Cabe, no entanto, registrar que os recursos alocados ao CONSERVE não foram totalmente utilizados em virtude da limitação que o Programa estabelecia (apenas substituía o óleo combustível) e a recessão da economia que reduziu o consumo de óleo combustível aos níveis anteriores ao 1º choque do petróleo.

Pela Resolução 628/86, de 19.08.86, foi criado no âmbito do BNDES, em substituição ao CONSERVE, o Programa de Racionalização de Energia - PROEN, que tem por objetivo fomentar, em quaisquer setores da economia nacional, a conservação de energia através de: melhoria de eficiência no consumo dos energéticos correntemente utilizados; produção, transporte e consumo de fontes energéticas não-convencionais, de comprovada eficiência técnica e econômica, com especial ênfase ao aproveitamento de rejeitos urbanos, agrícolas e industriais; redução dos níveis de perdas na produção, transporte, distribuição e armazenagem de fontes energéticas; e utilização de materiais combustíveis de suprimento local ou regional.

As prioridades para enquadramento de projetos no PROEN são estabelecidas, periodicamente, de acordo com as diretrizes da Comissão SEPLAN de Energia - CSE, pelas "Políticas Operacionais do Sistema BNDES".

Além de dotações consignadas no Orçamento de Aplicações de Recursos Ordinários do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, o PROEN contará com recursos provenientes da União, alocados pelo Programa de Mobilização Energética.

Além de aplicar diretamente, o Banco repassa recursos do Programa aos seus Agentes Financeiros.

4. FMM - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

A transferência do FMM da SUNAMAM para o BNDES ocorreu em junho de 1983, por determinação do Governo Federal. Mas somente em janeiro de 1984, o Banco começou efetivamente a operar o FMM.

Para tanto, o Banco elaborou primeiramente as novas Normas Gerais que foram aprovadas pelo Conselho Diretor do FMM, através das quais introduziram-se alterações fundamentais no processo até então existente, destacando-se as seguintes:

- . modificação do sistema de subsídios e do processo decisório de modo a qual o armador seja o maior interessado em negociar o preço do navio com o es taleiro;
- . alteração de cláusulas contratuais com o propósito de se exigir garantia de 115% sobre o valor do apoio financeiro, além do aval pessoal do armador, de modo a envolvê-lo nos riscos do empreendimento;
- . o armador deverá justificar o investimento mediante projeto que relacione os méritos da operação, cabendo ao BNDES a análise econômica, financeira e técnica do projeto.

Até 31.12.86, já foram aprovados financiamentos para a construção de 27 embarcações para prestação de serviços em plataformas da Petrobrás (supply-boats), 8 petroleiros, 4 graneleiros, 5 navios-tanque, 2 rebocadores, 12 balsas e 3 empurradores para transporte de celulose, um Ro-Ro e uma embarcação para transporte de produtos petroquímicos.

Em 1986, desembolsou-se cerca de Cz\$ 2,1 bilhões à conta do FMM, representando uma evolução nominal de 22% em relação a 1985.

Recentemente, firmou-se um convênio com agentes financeiros oficiais da Região Norte, objetivando repasses específicos com recursos do FMM.

5. PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS (BBD)

O objetivo deste programa é dar continuidade à construção, restauração e melhoramento de rodovias utilizadas para a movimentação de produtos agropecuários e agroindustriais. Os

recursos são oriundos de convênios entre o Banco Mundial, o BNDES e o Ministério dos Transportes.

O BNDES, o BIRD e o DNER já celebraram três acordos para implementação dos programas de rodovias vicinais.

A aprovação de projetos no âmbito deste programa cabe ao Banco e ao DNER, sob supervisão do BIRD.

Os resultados dos acordos são resumidos no quadro abaixo:

QUADRO D.2

RESULTADOS DO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS

	INVESTIMENTO GLOBAL US\$ milhões	km
1º BBD	250	5.308
2º BBD	180	5.657
3º BBD	391	15.000 <u>1/</u>
T O T A L	821	25.965

Fonte: BNDES

1/ Dado sujeito a retificação.

Até 31.12.86, encontrava-se contratado 80% do 3º BBD e a sua execução física atingia 40% do total a realizar.

O BNDES participa com cerca de 33% do investimento global nos referidos programas.

6. APOIO AO SETOR AGRÍCOLA E À IRRIGAÇÃO

Estes programas, juntamente com o Programa de Rodovias Vicinais, dão continuidade ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI, resultante de convênio firmado pelo BNDES em 1979 com o Ministério da Agricultura e com os Governos Estaduais, tendo como objetivo principal expandir e moder-

nizar a produção agrícola, essencialmente de alimentos básicos.

Sua principal característica reside no fato de ser buscada a integração das inversões em conjunto articulado de projetos em determinada área agrícola, compreendendo estradas vicinais, irrigação, armazenagem e silos, eletrificação e assistência técnica.

O BNDES apóia ainda o setor rural através de Agentes Financeiros.

7. PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS - POC / PROGRAMA DE APOIO À MICROEMPRESA - PROMICRO

São programas operados através de agentes financeiros (BD e BI), que têm por objetivo contribuir para a desconcentração espacial da atividade produtiva.

O POC atende, preferencialmente, às pequenas e médias empresas, financiando investimentos em capital fixo e a formação de capital de giro.

O PROMICRO concede colaboração financeira de maneira especialmente favorecida e desburocratizada aos empreendimentos de mais reduzido porte, dentro do universo das pequenas empresas.

Ambos os programas contam com a colaboração do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE e seus agentes estaduais (CEAG), para prestação de assistência técnica e gerencial às empresas financiadas, bem como para ajudar os agentes do BNDES na identificação, análise e acompanhamento das operações.

8. PROGRAMA DE APOIO AO INCREMENTO DAS EXPORTAÇÕES - PROEX

Através da Resolução nº 589/83, o BNDES instituiu, em fevereiro de 1983, o PROEX, com o objetivo de estimular o crescimento líquido e acelerado das exportações, mediante a concessão

de apoio financeiro a empresas exportadoras nacionais que assumam o compromisso de cumprir metas bienais de incremento de exportações.

O Programa foi reformulado pela Resolução 614/85, na parte referente à formalização das operações, incluindo o estabelecimento de operações indiretas, através dos Agentes Financeiros do BNDES.

9. PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO AO SETOR DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DA REDE DE AGENTES FINANCEIROS - PROINFO

O PROINFO foi criado pela Resolução nº 618/85, tendo em vista a prioridade atribuída ao setor de informática pelo Sistema BNDES, visando à automação e modernização das empresas nacionais para a consolidação e atualização tecnológica do parque industrial e da infra-estrutura econômica nacional.

Na instituição do PROINFO, foi considerada a conveniência de que a Rede de Agentes Financeiros do Sistema BNDES assumisse papel preponderante no apoio do setor, uma vez que o mesmo é constituído, em sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas.

O PROINFO tem os seguintes subprogramas: Apoio à Pequena e Média Empresa Nacional do Setor de Informática; Apoio à Microempresa de Informática; e Apoio a Projetos de Automação e Modernização.

A colaboração financeira do PROINFO destina-se ao financiamento das necessidades de investimento fixo, misto e de capital de giro, bem como ao desenvolvimento tecnológico e de "software" e à capacitação de pessoal.

10. PIS-PASEP

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 19, de 25.06.74, regulamentada pelo Decreto nº 74.333, de 30.07.74, a partir de 1º de julho de 1974, os recursos gerados pelo PIS e

pelo PASEP passaram a ser aplicados de forma unificada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinando-se, preferencialmente, a programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente segundo as diretrizes e prazos de vigência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

O Fundo PIS-PASEP é gerido por um Conselho Diretor, órgão colegiado instituído pelo Decreto nº 78.276, de 17.08.76, atualmente composto por 8 (oito) membros efetivos e suplentes em igual número, designados pelo Ministro da Fazenda.

Constituem recursos do Fundo PIS/PASEP, no BNDES:

- . transferências mensais efetuadas pelo Banco do Brasil S/A e pela Caixa Econômica Federal (Resolução nº 298, do BACEN, de 30.07.74);
- . retorno de aplicações em financiamentos realizados pelo BNDES;
- . renda sobre as ORTN recebidas do Tesouro Nacional pelo ressarcimento de benefícios;
- . renda de recursos a aplicar;
- . dividendos de ações de propriedade da União transferidas ao Fundo (Decreto nº 82.343, de 28.09.78);
- . resultado das aplicações realizadas pelo Fundo de Participação Social - FPS; e
- . outros valores eventuais.

Os recursos PIS-PASEP, aplicados pelo BNDES, vêm apresentando, de um modo geral, crescente participação no ativo e nas receitas do Fundo (ver Quadro D.3).

QUADRO D.3

RECURSOS PIS-PASEP APLICADOS PELO BNDES
PARTICIPAÇÃO NOS ATIVOS E NAS RECEITAS DO FUNDO PIS-PASEP
Posição 30.06.86

Cz\$ milhões

EXERCÍCIOS	A T I V O S			R E C E I T A (*)		
	BNDES A	FUNDO B	A/B %	BNDES C	FUNDO D	C/D %
76/77	54,5	82,5	66,1	13,1	19,1	68,6
77/78	100,9	136,8	73,8	22,8	29,7	76,8
78/79	188,3	236,8	79,5	50,6	62,2	81,4
79/80	375,5	433,3	86,7	127,5	147,2	86,6
80/81	753,8	871,6	86,5	301,9	342,1	88,2
81/82	1.694,5	1.921,4	88,2	807,0	902,5	89,4
82/83	4.517,4	4.971,1	90,9	2.492,1	2.704,5	92,1
83/84	14.937,1	16.201,2	92,2	9.764,7	10.199,4	95,7
84/85	55.909,9	60.985,8	91,7	40.362,4	41.672,8	96,8
85/86	160.638,0	176.796,7	90,9	85.595,6	92.513,1	92,5
86/87	195.307,8	217.914,1	89,6	32.236,2	34.347,2	93,8

(*) No caso do FPS, inclui apenas o resultado operacional líquido.

(**) Posição em 31.10.86, correspondente apenas ao semestre JUL/DEZ/86.

A aplicação pelo BNDES dos recursos provenientes do Fundo de Participação PIS-PASEP tem gerada não apenas a remuneração mínima prevista no item IX da Resolução nº 298/74, do BACEN, como também recursos adicionais creditados aos participantes. No exercício de 1985/86, a rentabilidade desses recursos foi de 6,60% a.a., que acrescida da rentabilidade do FPS se eleva para 13,78% a.a., além da correção monetária de acordo com a variação das OTN.

O saldo das aplicações realizadas pelo BNDES com recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP de acordo com a programação especial de investimentos estabelecida pelo Decreto 74.333/74, alcançou Cz\$ 191,5 bilhões. Os programas de maior destaque nesses período foram os de Insumos Básicos

(29,3%) e o de Equipamentos Básicos (26,2%), sendo que, neste último, os Repasses à FINAME representaram a quase totalidade (25,4%).

Ingressaram no BNDES, durante o exercício de 86/87, Cz\$ 42,3 bilhões que, somados às aplicações já existentes, alcançou um ativo da ordem de Cz\$ 500 bilhões, gerando uma receita líquida de Cz\$ 227,6 bilhões no exercício (valores estimados para junho/87).

11. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Instituído pelo Decreto nº 79.459, de 30.03.77, como subconta do Fundo de Participação PIS-PASEP, tem por objetivo a participação dos trabalhadores no capital de empresas nacionais registradas na Comissão de Valores Mobiliários, através de investimentos diversificados, sob a forma de ações ou debêntures conversíveis em ações, contribuindo para o desenvolvimento do Mercado de Capitais.

O FPS é constituído com recursos das seguintes fontes:

- . até 10% (dez por cento) do total das novas aplicações efetuadas anualmente pelo BNDES;
- . valores de que trata o Decreto nº 82.343, de 38.09.78;
- . resultado de suas próprias operações;
- . outros recursos que venham a ser destinados à aplicação por intermédio do Fundo.

A administração do Fundo de Participação Social - FPS é exercida pelo Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP, nos termos do artigo 9º do Decreto 78.276, de 17.08.76.

12 - PROGRAMAS DO FUNDO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO - FND

91.

Em 23 de fevereiro de 1987, o BNDES, a BNDESPAR e a FINAME firmaram Convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, transformando-se em 1º agente conveniado deste fundo e estabelecendo as diretrizes e formas de relacionamento entre o FND e o Sistema BNDES para utilização dos recursos daquele Fundo.

Recentemente foi celebrado com o FND, contrato de abertura de crédito de forma que aquele fundo repassará de seus recursos, em 1987, ao Sistema BNDES, para financiamento de projetos constantes em programas de desenvolvimento industrial de agroindústria e infra-estrutura agrícola-armazenamento e de transportes e infra-estrutura, o montante de Cz\$ 46,5 bilhões.

A distribuição desses recursos será:

1. Cz\$ 19,5 bilhões destinados ao programa de desenvolvimento industrial do FND;
2. Cz\$ 9,0 bilhões destinados à agroindústria e infra-estrutura agrícola-armazenamento; e
3. Cz\$ 18,0 bilhões para o programa de transporte e infra-estrutura.

13 - PROGRAMAS DE APOIO À CAPITALIZAÇÃO
DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL - PROCAP

Idealizado com base na filosofia de incentivo à capitalização da empresa privada nacional, de longa data adotada pelo Sistema BNDES, o PROCAP (Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional) tem por objetivo apoiar

projetos de investimentos do setor industrial, de capital aberto ou com compromisso de abertura de capital.

As aplicações do PROCAP se farão através dos instrumentos de mercado de capitais, em títulos e valores mobiliários de emissão de empresas privadas nacionais. Para tanto, o Programa contempla dois mecanismos de atuação, a saber:

CONCAP (Condomínio de Capitalização de Empresa Privada Nacional) - Constituído sob a forma de fundo de investimento fechado, com recursos destinados à aplicação na subscrição de títulos ou à prestação de garantia firme de subscrição em ofertas públicas.

FINAC (Financiamento à Subscrição de Valores Mobiliários) - Destinado ao financiamento de subscrição de valores mobiliários, em distribuição pública, através de bancos de investimentos e/ou sociedades corretoras.

São beneficiários do PROCAP as empresas privadas nacionais cujo controle efetivo seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País e nas quais o poder de decisão esteja assegurado, em instância final, à maioria do capital votante representado pela participação societária nacional.

13. OUTROS PROGRAMAS

Além dos programas anteriormente descritos, exis
tem ainda os seguintes:

1. Apoio Financeiro ao Setor de Energia Elétrica (Res. 555/81);
2. Apoio ao Setor de Produção Cinematográfica Nacional (Res. 627/86);
3. Distritos Industriais - Implantação e Expansão da Infra-Estrutura (Res. 545/81);
4. Financiamento aos Estados para Aumento do Capital Social dos BD's ou Bancos Comerciais com Carteira de Desenvolvimento (Res. 474/75);
5. FUNTEC - Programa de Desenvolvimento Tecnológico (Res. 556/81);
6. PROATE - Programa de Apoio a Estudos Técnicos)Res. 591/83);
7. Programa de Apoio ao Reflorestamento (Resolução 562/81);
8. Programas Integrados de Transportes Urbanos sobre Pneus (Res. 588/83);
9. PRO-BK - Linha Especial de Crédito de apoio financeiro a empresas do setor de bens de capital. (Res. nº 647/87).

1.2 - FINAME1. PROGRAMA AUTOMÁTICO

Em julho de 1987, os programas pequena e média empresa e longo prazo foram substituídos pelo PROGRAMA AUTOMÁTICO cuja Sistemática operacional é objeto da Circular nº 60 de 03.07.87, da Diretoria Executiva da FINAME.

2. PROGRAMA ESPECIAL

A principal característica desse programa é financiar máquinas e equipamentos novos fabricados no País, com índices de nacionalização superiores a 85% e que atendam a uma das seguintes condições:

- a) sejam produzidos sob encomenda e apresentem relevante acréscimo de tecnologia ou de índice de nacionalização comparativamente ao que está sendo fabricado no País;
- b) estejam competindo com congêneres importados, em licitação de âmbito internacional;

c) destinem-se a projetos de elevado interesse para a economia nacional.

Destaca-se, ainda, dentro do Programa, a linha conhecida, internamente, como "FINAME SOCIAL", que financia a aquisição de ambulâncias e caminhões para coleta de lixo.

1.3 - BNDESPAR

1. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Destinação à capitalização de empresas mediante subscrição de novas ações, preferentemente em proporção minoritária e em ações sem direito a voto, não podendo ultrapassar o valor dos aportes efetuados pelos acionistas privados na empresa ou exceder a 1/3 do capital total.

2. SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

Financia empresas através de crédito conversível em capital, sob a forma de debêntures, apoiando as empresas que já figuram na carteira da BNDESPAR ou as que reúnem condições para uma futura participação acionária.

3. PRESTAÇÃO DE GARANTIA

Apoiar as empresas através de prestação de garantias a operações de financiamento com outras instituições financeiras.

A prestação de garantia da BNDESPAR é efetuada em caráter excepcional às empresas coligadas ou controladas, e proporcional à participação da BNDESPAR no capital votante da empresa.

II - PRINCIPAIS PROJETOS

Dentre o elenco das operações atuais do Sistema BNDES, procurou-se destacar, neste capítulo, o relacionamento com mutuários, que pelo seu vulto ou pela sua complexidade merecem alguma observação sucinta.

Cabe lembrar que não só as Subsidiárias e Áreas Operacionais responsáveis têm o detalhamento de todas as operações realizadas como, também, a Controladoria do Sistema BNDES possui registros resumidos referentes a todas as operações que transitaram pela esfera de atuação da Diretoria e Presidência da Instituição.

Selecionaram-se, de acordo com o critério acima descrito, os seguintes mutuários para se obter uma visão global de sua posição operacional com o Sistema BNDES:

CVRD - CIA. VALE DO RIO DOCE

O BNDES é uma das fontes de recursos com que conta a CVRD em seus diversos projetos, merecendo destaque, no momento, a associação existente entre as Instituições, através da Sociedade em Conta de Participação, destinada a implementar o Projeto Cobre Carajás, participando o BNDES do capital de risco dessa nova sociedade, em montante equivalente a 5.524.785 OTN.

Cabe também lembrar os financiamentos que a Vale possui junto a FINAME para aquisição de equipamentos nacionais e o apoio concedido pelo Sistema BNDES na implantação do Projeto Ferro Carajás (infra-estrutura e mineração de ferro).

Encontra-se em análise na AP-I: o projeto Titânio, em Araxá-MG e o projeto Ouro em Araci - BA.

A Vale do Rio Doce Navegação S/A - DOCENAVE é mutuária do F.M.M., de financiamento no valor de 11,8 milhões de OTN, destinado à aquisição de duas embarcações "bulk Carrier", que estão sendo construídas pelo Estaleiro Verolme.

ENGESA - ENGENHEIROS ESPECIALIZADOS S/A

Dada a importância do empreendimento em termos de segurança nacional e a posição da ENGESA na pauta de exportações do país, o Sistema BNDES apoiou, em 1983, operações que objetivavam saneamento financeiro da empresa, com recursos extra-orçamentários, via BACEN, subscrição para aumento de capital da empresa, e adiantamento de Cr\$ 2,1 bilhões por conta de futura participação acionária.

FISIBA - FIBRAS SINTÉTICAS DA BAHIA

A FISIBA é controlada pela BNDESPAR e pela COPENE; a situação da empresa é crítica.

A FISIBA não foi ainda paralisada, face ao reflexo negativo no resultado da COPENE. A empresa vem sendo sustentada pela NORQUISA, COPENE e BNDESPAR.

HIDROVIA TIETÊ - PARANÁ

Colaboração financeira no valor de 35.550.000 ORIN, para construção de obras nos Rios Tietê e Paranã, visando ao seu máximo aproveitamento hidroelétrico e a sua transformação em uma hidrovia com capacidade efetiva de 17 milhões de toneladas/ano.

JARI

O Banco foi fiador, em nome da União, de financiamentos externos obtidos pelo Projeto JARI.

Através da EM interministerial nº 008/84, de 18.01.84, o Governo transferiu o controle do Projeto JARI para capitais nacionais, constituindo a CIA. FLORESTAL MONTE DOURADO e definindo plano para sua capitalização, no montante de US\$ 720 milhões.

No referido processo coube ao BNDES subscrever e integralizar o valor equivalente a US\$ 47 milhões, bem como assumir, em nome do Tesouro Nacional, dívidas de longo prazo, em moeda externa, no montante de US\$ 180 milhões.

Atualmente, o BNDES, juntamente com o Banco do Brasil, vem realizando negociações para transferirem as respectivas participações na Monte Dourado para a Cia. Jari.

Cabe observar que à "holding" Monte Dourado estão vinculadas empresas deficitárias, que eventualmente podem estar absorvendo custos das empresas pertencentes a Cia. Jari (que é controlada pelas empresas privadas). Tais fatos estão sendo analisados por uma Comissão mista de funcionários do BNDES e do Banco do Brasil.

METRÔ-RJ - CIA. DO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

O projeto do METRÔ-RJ teve apoio da FINAME para aquisição de carros para o metrô e carros articulados de pré-metrô.

Atualmente, o Sistema BANERJ encontra-se em negociações com a FINAME e com o BNDES para o equacionamento da sua inadimplência.

Em julho de 1985, o BNDES aprovou o reescalamento dos débitos vencidos e vincendos em 1985, bem como dispensou a cobrança dos juros moratórios vencidos, condicionado à regularização do inadimplemento do BANERJ junto à FINAME.

Posteriormente, em setembro de 1985, o Banco aprovou projeto para o METRÔ-RJ, destinado à consolidação do Sistema metroviário em operação, no que se refere às Linhas 1 (Trecho Botofogo - Saens Peña) e 2 (Trecho Estácio - Irajá). A colaboração financeira, no valor equivalente a cerca de 7 milhões de OTN, não foi contratada em virtude da não regularização da inadimplência do Estado com o Sistema BNDES.

METRÔ-SP - CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO

O projeto METRÔ-SP teve inicialmente apoio apenas para aquisição de material rolante, através da FINAME. A partir de setembro/84, o empreendimento passou também a receber apoio diretamente através do BNDES no seu programa de expansão.

PÓLO CLOROALCOQUÍMICO DE ALAGOAS

O Pólo encontra-se na sua 1ª fase de implantação. Suas quatro empresas iniciais foram apoiadas pelo Sistema BNDES.

Empresas Apoiadas:

Cinal - Cia. Alagoas Industrial (Norquisa, Petroquisa, Salgema e BNDESPAR) - instalação de uma Central de Geração de Vapor e de uma Estação de Tratamento de Água. Foram concedidos três subcréditos, dos quais somente o primeiro para utilização imediata no valor de 1.008.353 OTN.

Já foram liberadas 503.848 OTN e a empresa solicitou ao BNDES suplementação de recursos para subcrédito I. A área operacional está analisando a possibilidade de um remanejamento de parte do subcrédito II e todo o subcrédito III para o atendimento do pleito.

O projeto da Cinal está em andamento normal, prevendo-se a conclusão da 1ª etapa em dezembro/87.

ALCLOR - QUÍMICA ALAGOAS S/A (Norquisa e Salgema)

- implantação de unidade industrial para produção de 15.000 t/ano de epícloridrina (derivado clorado do propeño), já contratada, e argilas ativadas ácidas, em análise.

O financiamento concedido foi de 1.025.000 OTN, já tendo sido liberadas 581.470 OTN. Conclusão prevista para dez/87.

CIA. PETROQUÍMICA DE ALAGOAS (CPC)

- implantação de uma unidade para produção de 100.000 t/ano de PVC. Foram aprovados dois subcréditos: I - 1.054.379 OTN e II - US\$ 2,026,480, e a empresa está cumprindo as condições previstas para a 1ª liberação - conclusão prevista para junho/88.

CIA. QUÍMICA DE ALAGOAS - GRUPO SALGEMA

- implantação de fábrica de M.V.C. O BNDES também aprovou dois subcréditos: I - 1.377.233 OTN e II - US\$ 2,646,995.00, e a empresa ainda está cumprindo condições para a 1ª liberação. Conclusão prevista para março/88.

A Salgema deverá apresentar consulta de volume significativo junto a FINAME, visando duplicação de unidade localizada no Pólo.

PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

O Sistema BNDES participou decisivamente na instalação e expansão do setor petroquímico, notadamente a partir da criação do Pólo de Camaçari, na Bahia - o segundo complexo das indústrias integrantes do Pólo. O Sistema BNDES, em articulação estreita com a PETROBRÁS, contribuiu para a estratégia que tornou possível a participação do empresariado nacional nesses empreendimentos, pela aplicação do chamado "modelo tripartite" (um terço da participação acionária para o empresário brasileiro, um terço para a empresa estatal e um terço para um sócio estrangeiro).

No Pólo Petroquímico de Camaçari, mais de 30 das 37 empresas que o compõem foram financiadas pelo Sistema BNDES, que contribuiu com aproximadamente 60% do investimento total do Pólo, além de prestar aval a créditos externos obtidos pelas empresas.

PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL

O Sistema BNDES vem apoiando a implantação do Pólo Petroquímico do Sul tanto através de financiamentos como de capital de risco.

As principais empresas que já contaram com o apoio do Sistema BNDES foram:

- Copesul
- PPH - Cia. Industrial de Polipropileno
- Petroquímica Triunfo S/A
- Petroflex Ind. e Com. Ltda.
- Polisul Petroquímica S/A

RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

A RFFSA é um dos maiores mutuários do Sistema BNDES, com apoios recebidos para aquisição de vagões e locomotivas, bem como na recuperação de malhas já existentes.

Através do Decreto-lei nº 2.178, de 04.12.84, o Governo determinou um plano de soerguimento da empresa, segundo o qual o Tesouro Nacional, a partir de 01.01.85, passou a responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações financeiras resultantes de operações de créditos, internos e externos, contraídos até 31.12.84.

A decisão de capitalizar as dívidas da RFFSA poderá acarretar alguma dificuldade para o Banco, caso a União não o reembolse em virtude desses recursos representarem elevado percentual dos retornos de financiamentos previstos nos Orçamentos de Investimentos.

A CBTU, subsidiária da RFFSA, foi criada em 1984 para administrar o transporte de passageiros.

Durante o ano de 1986, foram desembolsados pelo BNDES cerca de Cz\$ 527,1 milhões para a RFFSA e Cz\$ 657,1 milhões para a CBTU. Recentemente foi aprovado convênio entre o Ministério dos Transportes/Rede Ferroviária e o BNDES, no valor de US\$ 1,6 bilhão financiará a restauração de 3 mil quilômetros de trechos ferroviários localizados nos principais corredores de abastecimento e exportação do País. Entre os projetos, estará incluída a conclusão da Ferrovia do Aço, em linha singela, numa primeira etapa, beneficiando o triângulo econômico Minas-Rio-São Paulo.

INDÚSTRIA TÊXTIL SERIDÓ

A BNDESPAR concluiu as negociações da transferência do controle acionário da SERIDÓ para a COTEMINAS, grupo tradicional no setor têxtil de Minas Gerais.

A COTEMINAS DO NORDESTE S/A, nova denominação da SERIDÓ, já está em produção normal por mais de um ano.

SIDERBRÁS - SIDERURGIA BRASILEIRA S/A

O Sistema BNDES vem apoiando sistematicamente as empresas do Grupo SIDERBRÁS, tanto através de operações diretas como por repasses de recursos da FINAME.

Em 1984, a BNDESPAR adquiriu ações pertencentes ao BNDES e assumiu a dívida da SIDERBRÁS junto ao Sistema, tendo posteriormente alienado tal participação à União.

Em 1986, receberam recursos do Sistema, para continuidade de seus projetos, a AÇOMINAS, COFAVI, COSIPA, CSN e USIMINAS. As demais empresas do Grupo SIDERBRÁS obtiveram financiamentos "escriturais" que objetivavam exclusivamente a rolagem de suas dívidas junto ao Sistema BNDES.

SIDERÚRGICA NOSSA SENHORA APARECIDA S/A

A N.S.APARECIDA tem capacidade da ordem de 120 mil toneladas/ano de aços especiais. O Grupo, que a partir de 1979 incorporou a TREFIL e a CLEIDE e assumiu o controle acionário do Grupo TABEC e da CITRAL, encontra-se em péssima situação financeira. A BNDESPAR possui mais de 55% do capital total da APARECIDA e cerca de 80% do Passivo são de compromissos junto ao Sistema BNDES.

A empresa vem sendo apoiada pelo Sistema BNDES há cerca de 20 anos, através de diversas e diferentes modalidades operacionais, tendo recebido recursos que trazidos à data de hoje totalizam aproximadamente Cz\$ 1,2 bilhão (US\$ 87 milhões).

Está em andamento o equacionamento da estrutura do capi

tal da empresa, que objetiva a assunção do seu controle, transitoriamente, pela BNDESPAR, até se encontrar novo sócio que assumira o comando do empreendimento.

VILLARES INDÚSTRIA DE BASE S.A. - VIBASA

A VIBASA possui uma capacidade nominal de 400 mil toneladas/ano. A sua linha de produtos (a fábrica foi concluída em 1980) atende à demanda de setores estratégicos. A participação acionária do Sistema BNDES é superior a 65% do capital total.

Recentemente, o Sistema BNDES, objetivando adaptar a estrutura de capital social do Grupo Villares, complementou as necessidades de caixa e reescalou as dívidas junto ao Banco, aprovou apoio financeiro e subscrição de capital da VIBASA, bem como a desvinculação da Aços Villares S.A. e Indústrias Villares S.A. da VIBASA (desonerando-as da equivalência patrimonial nos seus demonstrativos). As transferências foram efetivadas para a holding da família Villares - CATENA Empreendimentos Civis Ltda., mediante financiamento ao acionista e capitalização da CATENA.

III - PRINCIPAIS EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

1. CARAÍBA METAIS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CMSA) E COMPANHIA BRASILEIRA DE COBRE (CBC)

O Complexo Mínero-Metalúrgico da CMSA compreende a mineração e metalurgia de cobre, bem como a implantação de plantas para produção de ácido fosfórico e ácido sulfúrico.

A capacidade projetada para mina é de 150.000 toneladas/ano de concentrado com teor médio de 34% de cobre contido e da metalurgia de 150.000 t/ano de cobre eletrolítico. Atualmente, a produção de concentrado atinge o nível de 56% da capacidade e a planta de metalurgia vem operando próxima da capacidade nominal de 150.000 t/ano de cobre eletrolítico.

Quanto à CBC, a empresa tem por atividade principal a extração e beneficiamento de minério de cobre das minas de Camaquã, no município de Caçapava do Sul (RS), tendo sido adquirida pela FIBASE (atual BNDESPAR) em 1974 por decisão do Governo Federal.

As atividades de mineração e beneficiamento foram paralisadas de 1975 a 1982 para avaliação das reais potencialidades das jazidas. Em junho de 1982, a CBC reiniciou a operação de suas unidades, que possuem as seguintes características:

- . capacitação de extração: 1.400.000 t/ano de minério bruto;
- . concentração: 40.000 t/ano, com 12.000 t de cobre contido.

Em reunião realizada em 18.12.86, a Diretoria da BNDESPAR autorizou a adoção de procedimentos em relação a CMSA e CBC, visando a reorganização societária das mesmas, implementada mediante cisão parcial dessas Companhias.

No que tange às atividades de mineração, os ativos

não retornáveis economicamente da CMSA e CBC serão vertidos para uma empresa de mineração vinculada a essas empresas, que entrará em processo de liquidação tão logo esteja concluído o processo de cisão.

A empresa de mineração, que sofrerá o processo de liquidação, não se caracteriza como constituição de empresa estatal, em fase de sua já existência.

Na configuração societária final, ter-se-ão duas empresas estatais que deverão operar com fluxo de caixa superavitário.

2. CIAAI - CIA.INCENTIVADORA DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

CIAAI - Cia.Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais, subsidiária integral do BNDES, tornou-se inoperante após a privatização da Livraria José Olympio Editora S/A e a alienação da Fazenda Florestal Dr. Themístocles Marcondes Ferreira.

A empresa encontra-se em fase de liquidação.

3. COMPANHIA DE CELULOSE DA BAHIA - CCB

Concebido em 1968, o projeto foi aprovado apenas em 1974, após demorado período de estudos pelo Banco e SUDENE, face o seu alto grau de pioneirismo - fabricação de celulose a partir do sisal.

Em virtude da total incapacidade financeira do grupo empreendedor de acompanhar os aportes de recursos necessários à implantação do projeto e de acidentes decorrentes do pioneirismo do empreendimento, que chegou a ser paralisado em 1979, a BNDESPAR foi se envolvendo cada vez mais com o projeto, tornando-se seu maior acionista e administrador.

É hoje a CCB o segundo maior inadimplente do Sistema e a BNDESPAR, após a conversão das ações ordinárias ao portador em nominativas, passará a deter 98,2% do capital votante. Decidiu-se ainda a total paralisação das atividades da CCB, sem prejuízo do esforço de negociação da empresa.

4. COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS S/A

Acionista da COBRA desde seus primeiros momentos, o Banco assumiu, em caráter provisório, por determinação governamental, em 1984, sua liderança, que em fevereiro de 1986 foi transferida para o Ministério da Ciência e Tecnologia. A Empresa, única estatal no setor de informática, é a maior fabricante nacional de equipamentos completos de computação, tendo, nos três últimos anos fiscais, obtido lucros líquidos crescentes.

5. COSINOR - CIA. SIDERÚRGICA DO NORDESTE

Tratava -se do maior projeto industrial privado em implantação no Estado de Pernambuco, que vem sendo apoiado pela SUDENE, BNB, BANDEPE, BNDESPAR e FINAME e é constituído por uma fundição, laminação e caldeiraria de produtos ligados à indústria do açúcar, álcool e cimento.

No final de 83, a BNDESPAR apresentou sugestão no sentido de paralisar o empreendimento, o que gerou forte reação do Governo do Estado.

O Planejamento Operacional Anual de 1986 da empresa foi redirecionado para outras atividades produtivas, tendo em vista a falta de perspectivas apresentadas pelo setor de açúcar e álcool.

Em dez/86, a BNDESPAR autorizou subscrição de 1,3 milhão de ações ordinárias, no valor total de Cz\$ 9,0 milhões, mediante a conversão de créditos existentes na beneficiária.

6. MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA

Empresa do setor de bens de capital, com fábrica em São Paulo, Contagem e Caçapava, é produtora de material ferroviário. Devido à intervenção do Governo Federal em 1964, teve transferido para o BNDES e o seu controle acionário. Atualmente, encontra-se em fase de privatização.

7. MÁQUINAS PIRATININGA S/A

Empresa cujo controle acionário pertence à BNDESPAR, que, em 1983, decidiu por um Plano de Liquidação ordenada.

As diversas medidas implementadas ao longo desse processo permitiram normatizar as atividades operacionais da empresa, cabendo destacar as seguintes providências: incorporação da Piratininga Equipamentos Pesados S/A (PEPSA) pela MPSA; assinatura de protocolo para alienação de parte do imóvel e da maioria dos equipamentos da PEPSA à Brasinca Ferramentaria S/A; e, a regularização de diversos itens do passivo oneroso da MPSA.

A empresa encontra-se em processo de privatização e deverão ser publicados Editais de pré-qualificação de candidatos.

8. NOVA AMÉRICA (CIA.NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA)

A NOVA AMÉRICA teve decretada sua falência em out/83 e o BNDES, por decisão governamental, tornou-se seu acionista majoritário com o objetivo de recuperá-la.

Foi privatizada em 9 de junho de 1987.

9. SIBRA - ELETROSIDERÚRGICA BRASILEIRA S/A

A SIBRA, produtora de ferro-ligas, está localizada em

Simões Filho - Bahia, sendo de 49% a participação da BNDESPAR e 39% a do Grupo NKK/MARUBENI. A empresa encontra-se em situação financeira delicada, principalmente em virtude do alto custo financeiro de capital de curto prazo.

10. USIMINAS MECÂNICA S/A - USIMEC

A empresa, subsidiária da USIMINAS, é fabricante de equipamentos pesados e vem tendo apoio maciço do Sistema BNDES, que detém mais de 90% do seu capital. A empresa encontra-se em situação econômico-financeira extremamente delicada, devendo o Sistema BNDES posicionar-se para uma solução definitiva do problema.

IV - MODALIDADES OPERACIONAIS do Sistema BNDES (*)

A colaboração financeira do Sistema poderá ser concedida, diretamente, através do BNDES e da BNDESPAR, e indiretamente, através da rede de agentes financeiros do Banco e da FINAME. O apoio poderá ser dado à empresa ou a seu(s) acionista(s) observando-se que, no caso de financiamento a acionista(s), a parcela financiável da subscrição de cada um terá o mesmo limite máximo que o Banco admitir para sua participação no setor ou no projeto.

4.1 Apoio Direto

4.1.1 Do BNDES

Atenderá a projetos nos setores Indústria, Infra-estrutura, Energia, Agrícola e Social, através de:

- empréstimo;
- repasse de recursos externos;
- concessão de garantia para financiamentos externos;
- operações de mercado de capitais;
- colaboração financeira não reembolsável.

4.1.2 Da BNDESPAR

Destina-se a apoiar, via subscrição de valores mobiliários, o capital privado nacional na complementação, consolidação e modernização da base produtiva do País.

A participação da BNDESPAR poderá se dar em operações de aumento de capital, de forma direta, em emissões privadas, ou indireta, através do BNDES, em distribuições públicas.

4.2 Apoio Indireto

4.2.1 Do BNDES

Compreende modalidades operadas segundo critérios específicos, através da rede de agentes financeiros, e atende a Políticas, especialmente no item 6.1.9.

. Promicro - para financiamento a microempresas dos setores Indústria, Comércio e Serviços.

. POC - para financiamento dos setores Indústria, Comércio e Serviços, e setor Agrícola quando se tratar de Operação-Programa, preferencialmente, às pequenas e médias empresas.

. Proinfo - para empresas produtoras de bens e serviços, de Informática ou usuários desses bens e serviços, de qualquer porte.

. Financiamento Rural - para empresa rural de qualquer porte, observado que as operações de apoio financeiro inferiores a 100.000 OTN só serão consideradas no âmbito de operações-Programa, neste caso conduzidas através dos agentes financeiros do BNDES.

4.2.2 Da FINAME

Destina-se a financiar a comercialização, de máquinas e equipamentos fabricados no País e opera através de programas específicos.

4.5 Sobre o porte de empresas e grupos:

A classificação da empresa quanto ao porte terá por base sua receita operacional líquida anual do último exercício social, e os grandes grupos serão definidos pelo patrimônio líquido do agrupamento, conforme a seguir:

Micro empresa - receita operacional líquida até 25.000 OTN;

Pequena empresa - receita operacional líquida maior que 25.000 OTN e igual a ou menor que 250.000 OTN;

Média empresa - receita operacional líquida maior que 250.000 OTN e igual a ou menor que 700.000 OTN;

Grande empresa - receita operacional líquida superior a 700.000 OTN;

Grande grupo - patrimônio líquido do agrupamento econômico superior a 1.000.000 OTN.

Especificamente para o setor agrícola a classificação da empresa é a seguinte:

Pequena empresa rural - receita operacional líquida até 2.000 OTN;

Média empresa rural - receita operacional líquida até 10.000 OTN;

Independente do porte, a empresa que for controlada e/ou comandada por grande grupo terá tratamento equivalente ao das grandes empresas.

4.6 Sobre as diferenças regionais:

Região I - Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Fernando de Noronha, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e a área de Minas Gerais incluída no âmbito de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Região II - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (exceto a área abrangida pela atuação da Sudene) e Distrito Federal.